



HÁ UM BURACO **NEGRE**O ENTRE A VIDA E A MORTE

2ª Edição



A solid red circle is positioned on the left side of the cover, partially overlapping the first few letters of the title.

Há Um Buraco Negro entre a Vida e a Morte

Arnaldo Xavier
Nilza Iraci da Silva

2ª Edição

Geledés - Instituto da Mulher Negra

Soweto - Organização Negra

Ficha Técnica

1ª Edição: 1992

2ª Edição: 2025

Ficha Técnica Primeira edição – 1992

Pesquisa, Concepção e Texto:

Arnaldo Xavier

Nilza Iraci da Silva

Revisão:

Abílio Ferreira

Capa:

José Geraldo Martins

Diagramação:

Vinicius Rocha

Digitação:

Reinaldo J. de Oliveira

Fotocomposição e Impressão:

Forja Gráfica e Editora

Colaboração:

Maria Célia Teixeira Durval

Ficha Técnica Segunda edição – 2025

Coordenação:

Sueli Carneiro

Pesquisa, Concepção e Texto:

Arnaldo Xavier

Nilza Iraci da Silva

Revisão:

Layne Gabriele da Silva

Capa:

Antônio Carlos “KK” Santos Filho

Diagramação:

Antônio Carlos “KK” Santos Filho

Digitação:

Layne Gabriele da Silva

Lucineia Pereira Ribeiro

Colaboração:

Lucineia Pereira Ribeiro,

Mariana Belmont

Nilza Iraci da Silva

Ficha Catalográfica

LIVRO DIGITAL HÁ UM BURACO NEGRO ENTRE A VIDA E A MORTE

1992

Há um Buraco Negro entre a Vida e a Morte

XAVIER, ARNALDO, DA SILVA, NILZA IRACI.
RIO DE JANEIRO: GELEDÉS - INSTITUTO DA MULHER
NEGRA
E SOWETO - ORGANIZAÇÃO NEGRA, 1992
P.

1. ECOLOGIA HUMANA - BRASIL. 2. NEGROS - BRASIL -
CONDIÇÕES SOCIAIS. 3. BRASIL - POLÍTICA SOCIAL.

CDO 504.75(81)
CDD 620.82

X3H

XAVIER, ARNALDO

HÁ UM BURACO NEGRO ENTRE A VIDA E A MORTE - 2. ED.

[RECURSO ELETRÔNICO] / ARNALDO XAVIER, NILZA IRACI DA SILVA. - SÃO
PAULO: GELEDÉS; SOWETO, 2025.

116 P. PDF

INCLUI BIBLIOGRAFIA
ISBN: 978-85-62750-32-8

1. ECOLOGIA HUMANA. 2. NEGROS - CONDIÇÕES SOCIAIS. 3. POLÍTICA SO-
CIAL. 4. MEIO AMBIENTE. 5. RACISMO AMBIENTAL. I. SILVA, NILZA, IRACI DA. II.
GELEDÉS INSTITUTO DA MULHER NEGRA. III. SOWETO ORGANIZAÇÃO NEGRA.
IV. TÍTULO.

CDU 504.75(81)
CDD 620.82

Índices para catálogo sistemático:

1. Ecologia humana: Racismo ambiental 620.82
Lucineia Pereira Ribeiro - Bibliotecária - CRB-8/10400

ISBN: 978-85-62750-32-8



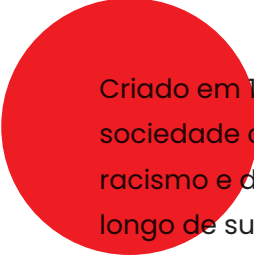
*este trabalho
é dedicado à irradiação
das sementes do negro
transplantado da Mãe África
para a mais longa
escravidão dos tempos modernos
na América
E
ao Índio
invadido na sábia essência
da sua luz
pela saga sanguinária
da barbárie européia
e seus tentáculos racionais*

IN MEMORIAN

de
Vanderlei José Maria
(1950-1990)

de
Arnaldo Xavier
(1948-2004)

Geledés – Instituto da Mulher Negra



Criado em 1988, o Geledés Instituto da Mulher Negra é uma organização da sociedade civil que atua em defesa das mulheres e das pessoas negras diante do racismo e do sexismo que limitam o acesso aos direitos na sociedade brasileira. Ao longo de sua trajetória, ampliou seus compromissos e posicionamentos também contra outras formas de discriminação e preconceito que impedem a plena cidadania, como a lesbofobia, a homofobia, a transfobia, a bifobia, o racismo religioso, as discriminações regionais, de classe, de opinião e contra pessoas com deficiência. Esses princípios orientam sua agenda estratégica.

O instituto realiza ações por meio de suas áreas programáticas: Advocacy e Incidência Política, Difusão e Gestão da Memória Institucional, Educação e Pesquisa, Gestão Administrativa e Financeira, Políticas de Promoção da Igualdade de Gênero e Raça e Redes Sociais e Comunicação Institucional. As atividades abordam temas como educação, saúde, comunicação e mídias digitais, mercado de trabalho, pesquisa acadêmica, violência estatal, genocídio, feminicídio, memórias negras, políticas públicas, tecnologia social, racismo ambiental, fascismo, reparações e justiça racial, entre outros.

A atuação abrangente do Geledés demonstra que o racismo e o sexismo estão enraizados nos diferentes espaços de poder e convivência social, o que exige vigilância constante e renovação das estratégias para garantir os direitos humanos de bebês, crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos negros e negras.

É fundamental que as pessoas indignadas com o racismo e o sexismo continuem apoiando esse trabalho, para que, juntas, junte e juntos, a igualdade de raça e gênero se torne um princípio que oriente a nossa Nação.

Soweto – Organização Negra

A Soweto Organização Negra é uma entidade com mais de três décadas de atuação, fundada em São Paulo, dedicada ao combate ao racismo e à promoção da igualdade racial. Suas ações incluem educação antirracista, preservação da memória do movimento negro, articulação política e apoio a comunidades marginalizadas. Inspirada pela resistência do Levante de Soweto, a organização é um marco na luta por justiça social no Brasil, conectando as pautas locais às dinâmicas globais de emancipação.





Índice

11

APRESENTAÇÃO
SEGUNDA EDIÇÃO 2025

13

APRESENTAÇÃO
PRIMEIRA EDIÇÃO 1992

19

INTRODUÇÃO INTEGRAÇÃO DO
NEGRO BRASILEIRO À VIDA

23

A SITUAÇÃO INSUSTENTÁVEL
DO NEGRO BRASILEIRO

27

AS APORIAS DO PLANEJAMENTO
SUSTENTÁVEL

37

PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
INDISCRIMINÁVEL
UM CONTRA CONCEITO EMANCIPADOR

41

O MOVIMENTO NEGRO NO
CONTEXTO POLITICO E
SOCIAL DO BRASIL

47

A NATUREZA DA VELHA
A NOVA ESCRAVIDÃO

61

OS DONOS DO MEIO E DO AMBIENTE

69

A TAREFA DA COR - DO
CAMPO À CIDADE

85

REINTRODUÇÃO A REALIDADE
DO NEGRO BRASILEIRO

91

ARGUMENTOS PARA POLÍTICAS

Apresentação



SEGUNDA EDIÇÃO — 2025

Esta é a segunda edição de uma das experiências da Geledés – Instituto da Mulher Negra que trata do tema do meio ambiente para a ECO92, realizada no Brasil em 1992. E faz parte do esforço do Centro de Documentação e Memória Institucional, criado para o resgate da memória dos fazeres políticos, culturais e sociais da população negra, especialmente das mulheres negras.

Após três décadas de sua primeira publicação, **“Há um Buraco Negro entre a Vida e a Morte”** retorna como testemunho e farol. Arnaldo Xavier e Nilza Iraci registraram e formularam, neste ensaio pioneiro, uma visão que o país levou anos para reconhecer — e que ainda encontra resistência: não há justiça ambiental sem justiça racial, nem futuro possível enquanto parte do nosso povo segue sistematicamente violada em seus direitos e em sua humanidade, no campo, na cidade e na floresta. Escrito às vésperas da Rio 92, o livro nasceu de uma urgência: romper o silêncio sobre o genocídio da população negra, disputar o imaginário público e denunciar um modelo de desenvolvimento que devasta a natureza e a vida com a mesma violência. Nesta segunda edição, também reafirmamos um princípio que a história insiste em comprovar: é falsa a narrativa de que o movimento negro não esteve envolvido com a pauta ambiental. Ao contrário, essa leitura

distorcida apaga trajetórias fundamentais, especialmente de mulheres negras, que há décadas denunciam a crise climática, formulam alternativas e defendem o direito coletivo à terra, ao território e à vida. Hoje, às portas da COP30 no Brasil, suas páginas reaparecem como aviso e legado: o que foi denunciado em 1992 permanece como tarefa aberta em 2025.

Ao recolocar esta obra em circulação, honramos a memória e as formulações políticas de quem veio antes, assim como a luta de quem segue construindo caminhos no presente. Celebramos a coragem intelectual de seus autores e autoras e reafirmamos nosso compromisso com a vida, com as agendas de gênero, a dignidade, o combate ao racismo ambiental e a luta antirracista. Que esta nova edição reencontre as gerações que marcham, sonham e resistem — e siga iluminando caminhos para que a liberdade, a justiça e o direito a existir estejam vivos para todas, todos e todes.

Geledés - Instituto da Mulher Negra

Centro de Documentação e Memória Institucional

Apresentação



PRIMEIRA EDIÇÃO — 1992

“Tendes as locomotivas cheias, ides partir. Um Negro gira a manivela do desvio rotativo em que estais.

O menor descuido vos fará partir na direção oposta ao vosso destino.”

(Blaise Cendrars citado por Oswald de Andrade no Manifesto da Poesia Pau-Brasil de 1924)

A vinculação das políticas de Meio Ambiente à remodelação de Desenvolvimento empreendeu, nas últimas três décadas, um movimento de dessacralização das questões ecológicas, baseadas na lógica do lucro e na irracionalidade contida nas relações capital/trabalho. Fenômenos como o efeito estufa, o rompimento da camada de ozônio, a devastação florestal e o lixo atômico, consagrados como sinais de uma grande catástrofe planetária para os países desenvolvidos, passaram a ser questionados a partir da evidência de que são resultados de um processo técnico-científico promovido por eles próprios.

A vinculação das políticas de Meio Ambiente à remodelação de Desenvolvimento empreendeu, nas últimas três décadas, um movimento de dessacralização das questões ecológicas, baseadas na lógica do lucro e na irracionalidade contida nas relações capital/trabalho. Fenômenos como o efeito estufa, o rompimento da camada de ozônio, a devastação florestal e o lixo atômico, consagrados como sinais de uma grande catástrofe planetária para os países desenvolvidos, passaram a ser questionados a partir da evidência de que são resultados de um processo técnico-científico promovido por eles próprios.

Somaram-se a essas questões a crise gerada pelas formas predatórias de exploração dos recursos naturais escassos e a iminência de uma explosão demográfica incontrolável, inversamente proporcional à produção de alimentos. Fazendo com que a reflexão produzida, no sentido da retificação do conceito de desenvolvimento, apenso à mundialização da economia, não só revelasse a existência de um descompasso no que consiste a **qualidade de vida** entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos, exigindo um rearranjo geopolítico planetário, mas uma evidência que torna indissolúvel e visceral a relação degradação ambiental/pobreza. Aspecto este que introduz, na especificidade do Brasil, a situação histórica das populações negras e pobres no contexto dos movimentos sociais do país, onde **Geledés – Instituto da Mulher Negra** e **Soweto – Organização Negra**, compõem um pedaço singular do formato do Movimento Negro, como sujeito político no processo de transformação da sociedade.

A formulação deste documento tomou como fio condutor reflexivo as semelhanças entre os processos de degradação ambiental e os de extermínio institucionalizado do negro brasileiro. A equivalência entre o negro e a água, o ar, a energia e as florestas, como elementos da natureza, possibilitou tecer um eixo crítico na dimensão do humano e

operar a relação entre o desequilíbrio ecológico e a desigualdade social, aprofundando as contradições inerentes à perversão da luta do homem contra o homem.

Nessa linhagem, buscou-se fundamentar argumentos para políticas através de uma análise sob o prisma da deterioração do nosso meio ambiente, dos desequilíbrios/desigualdades assinalados nas relações de classe, raça, sexo e procedência regional, explícitas na divisão social do trabalho. No Brasil, circunstâncias críticas como essas ampliam as relações Norte/Sul que estarão no palco da Rio 92¹. A reconversão do processo produtivo, apregoada pelas teorias de desenvolvimento auto-sustentado, alimentadas pelo conceito de população supérflua, e a reorganização do racismo a nível mundial são procedimentos que coincidem com o momento em que o capitalismo rearticula suas formas e meios de perpetuação, ocultos por uma máscara neoliberalista. Sua ação, evidentemente, repercute sobre as condições subumanas em que vivem negros e pobres no Brasil. Pois não se trata apenas de um simples apelo à elaboração de políticas públicas nacionais ou internacionais voltadas à integração social desses segmentos miseráveis. Trata-se de uma constatação: é urgente a integração desses segmentos à própria vida.

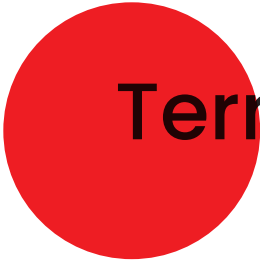
Maria Lucia da Silva

Presidente do Geledés – Instituto da Mulher Negra no ano de 1992

Flávio Jorge Rodrigues da Silva

Presidente da Soweto – Organização Negra no ano de 1992

¹ Realizada no Rio de Janeiro em junho de 1992, a Rio 92, oficialmente II Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, reuniu delegações de mais de 170 países com o objetivo de alinhar o progresso socioeconômico à proteção ambiental e consolidar o conceito de desenvolvimento sustentável.



Terra Virgem

*Ó meu Brasil
Para aumentar a tua glória,
Dia virá,
No teu futuro ascensional,
Em que o mundo
Invejará a sua História:
— Porque serás
O paraíso universal!
Beijam teus campos
Que se perdem no horizonte.
O rio-mar! O sol de ouro!
O céu de anil!
E a terra virgem
Que se mira numa fonte,
Enche os frutos
O regaço do Brasil!
Sobre o alto corcovado,
engastado,
Tens o Cristo Redentor.
— dominando a Guanabara,
Jóia rara
Do teu reino de esplendor.
E nas praias encantadas,
namoradas*

*do teu Céu de eterno azul:
— brancas ondas se debruçam
e soluçam
sob o Cruzeiro do Sul.
ó meu Brasil
Quando contemplo o teu passado
Sinto em minh'alma
A ressonância de um clarim:
— E descortino
O teu futuro, deslumbrado,
Porque não vejo
Outro País tão grande assim.
Berço de Heróis!
Terra de luz e bondade!
A natureza e um hino verde
Em teu louvor!
Outra Nação não há
Com tanta liberdade!
Tanta fartura!
Tanta paz! E tanto Amor!*

Canção de Vicente Celestino e Mário Rossi



Introdução

Integração do Negro Brasileiro á vida

"A natureza criou diferenças; a sociedade as transformou em desigualdades."

(Tahar Ben Jelloun)

"Aqui o III Mundo / pede a benção / e vai dormir /entre cascatas / palmeiras, araçás e bananeiras /ao canto da Juriti / aqui é o fim do mundo."

(Gilberto Gil e Torquato Neto)

"O Sertão vai virar mar / e o mar vai virar sertão"

(Antônio Conselheiro)

Uma atmosfera de pessimismo e tragédia é instaurada. Emana do I Mundo uma vontade imperativa de administrar – já – a vida e a morte. **"Tudo começa aqui e agora"** é o principal apelo deste discurso apocalíptico que busca reescrever a **história do ser humano** diante de um iminente colapso planetário, resultante de um processo de degradação irreversível dos recursos materiais e da escassez da produção de alimentos.

Pensar um realinhamento humanista – uma nova utopia – através de uma proposta de retificação do presente, a partir de uma ruptura com o ousado, significa legitimar os padrões de desenvolvimento elaborados no contexto da barbárie que erigiu a cultura ocidental, sem passar por uma profunda reflexão do que fora a ação desse ser humano na ocupação e colonização da África e da América, e como ela repercute nas condições socioeconômicas desses continentes até hoje.

Uma mistura de desencanto com sentimento de culpa organiza o primado ambientalista em torno da Rio 92. Uma reificação da natureza assume um caráter de religiosidade cega, estabelecendo uma **luta de classes ecológica**, polarizada por escaramuças voltadas à manutenção da irracionalidade do capital e às perplexidades geradas pela mutilação da utopia socialista -- em crise. Neste contexto, é importante atentar que tanto a exploração do ser humano pelo ser humano como a **velha idealização de uma distribuição igualitária do produto social**, paradoxalmente, se equivalem, esbarrando diante de uma vulnerável noção de **ser humano** como centro de quaisquer proposições de renovação – teor positivo neste planeta.

Desta forma, este documento introduz a participação do Negro Brasileiro na Rio 92 como **referência de força emergente** no contexto da sociedade brasileira, revestido de um caráter profundamente subversivo, na medida em que dimensiona o negro como **elemento da natureza** submetido a um processo de extermínio idêntico ao que ocorre com **o ar, a água, a energia e a terra.**

A omissão da situação específica do Negro Brasileiro no documento *Subsídios Técnicos para Elaboração do Relatório Nacional do Brasil para a CNUMAD – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*, elaborado pelo governo brasileiro, não só revela a insuficiência de seus elaboradores em pensar o Brasil, mas consubstancia a cumplicidade do governo com a institucionalização do processo de dizimação que se abate sobre negros e pobres.

O Negro Brasileiro constitui o segmento mais crítico das populações marginalizadas do Brasil, onde a pobreza cresce inversamente proporcional à concentração de renda de uma minoria, despreocupada em desenvolver políticas que realmente apontem para a superação dos conflitos raciais contidos nas relações capital/trabalho.

Este quadro crítico se amplia diante de um evento como a Rio 92, no peso da dimensão que a expressão político-existencial do Negro Brasileiro, através do culto dos Orixás, se fundamenta no respeito à natureza.



A Situação Insustentável do Negro Brasileiro

A inserção do negro no Brasil, como elemento da natureza em processo de extermínio, amplia (e contamina) a reflexão ambientalista dentro de uma dimensão social que se estende a outros pedaços de seres humanos, como índios, nordestinos, povos da floresta, bóias-frias, favelados, homens de rua, menores abandonados, camponeses (submetidos a trabalhos forçados); **nas mesmas circunstâncias vegeto-existenciais e em relações específicas** com o meio ambiente.

Se se compreende o sistema ecológico como composto por um conjunto de interações entre comunidades organizadas e inorgânicas e o ambiente físico, a história do Brasil se confunde com o processo de mutilação da natureza.

Um repasse ou feedback, pontuando a presença de quase cinco séculos do negro no Brasil, revela a radiografia de uma sistemática ação de extermínio institucionalizada, na qual fica evidente a relação de um específico **SER VIVO** com o meio ambiente.

- A forma como o negro fora transplantado da África e aqui transformado em instrumento de trabalho e objeto de reprodução sexual;
- A violência da escravidão no Brasil e a lentidão das leis emancipacionistas, defasadas em séculos em relação às colônias britânicas, espanholas e francesas, estruturaram a institucionalização de uma política genocida que se prolonga até o dia de hoje, forjada a partir da supressão dos mais vitais valores culturais e na eliminação física do negro;
- Apesar de o negro ter se constituído na principal força motriz da economia escravocrata, remanejado que fora pelos ciclos da cana-de-açúcar, do gado, da mineração, do algodão, da borracha, a política etnocida assume foros científicos ao complementar a política imigratória instaurada pelo Império em decadência pós-guerra do Paraguai, sob a alegação de despreparo da força de trabalho negra para novos desafios da Nação, assinalando, assim, o instante no qual se formula o projeto de marginalização do negro no processo produtivo e de uma ação voltada ao seu extermínio, a partir da relação inferioridade/superioridade racial.

O conjunto dessas ações compõe um primado que fora consubstanciado pela ingenuidade cristã do liberalismo abolicionista, que não teve a visão objetiva de se preocupar com a real integração do negro na sociedade brasileira de então.

Neste contexto, operou-se a transição da Monarquia para a República, de uma economia agrícola pré-feudal para um capitalismo incipiente, sob a égide sanguinária da Inglaterra, marcando assim a passagem do século XIX para o XX, com a transferência do negro da senzala à favela, desprovido de propriedade, portanto de **força e expressão**, e sem possibilidade de se inserir na sociedade brasileira como **alternativa de poder**.

É importante observar, na medida em que não se pretende dissociar o passado do presente, que a história da desqualificação do negro para novas tarefas sociais e econômicas – e, para isso, se fez necessário estimular a imigração europeia e asiática – obtivera correspondência teórica em Oliveira Viana, Nina Rodrigues e outros, que assentaram as bases do mito da democracia racial brasileira, até hoje alimentada pelo Estado brasileiro de quaisquer matizes político-ideológicos.

Esta situação, no tempo e no espaço, se cristaliza no âmbito das relações sociais através das formas de pensar, **de agir, de construir limites de convivência e de formular** teorias e práticas correspondentes, adquirindo dimensão e estatuto de ideologia:

- Na disposição de uma divisão social classista, racial e sexista do trabalho;
- Na medida em que as desigualdades socio-raciais ampliam as regionais e se estabelecem na relação capital/trabalho;
- Na medida em que essas mesmas desigualdades estão assinaladas por vantagens e compensações **materiais e simbólicas**, baseadas na diferença da cor da pele dos indivíduos;
- Na medida em que esta situação não só transforma o negro em elemento regulador da oferta e procura do mercado de trabalho, mas também em preponderante fator do processo de acumulação de capital e concentração excessiva de renda;
- Na medida em que a combinação desses fatores é determinada pelo estado de invisibilidade e imobilidade social do negro, em função da falta de acesso pleno aos meios educacionais, o que repercute de forma direta na aferição de menor poder aquisitivo e em precárias condições de saúde e habitação;
- Na medida em que o sistema produtivo reserva-lhe as tarefas de menor grau de importância.

03 As Aporias do Planejamento Sustentável

3.1 – I Mundo X III Mundo

No momento em que o governo brasileiro relaciona o crescimento do País ao estabelecimento de uma nova ordem econômica internacional, que lhe assegure pleno acesso à modernidade do I Mundo, e submete o País a um processo recessivo de tal volume, cujas consequências originadas, a cada plano de estabilização econômica, atingem, de forma catastrófica, as populações marginalizadas, sobretudo as negras, não se percebe um projeto de superação do quadro crítico descrito no item II.

Os interesses das grandes potências, dos dirigentes das mais poderosas empresas do planeta, além do exercício de futurologia que, com certeza, marcará os debates e a formulação da Carta de Princípios da Terra, revelam a dimensão macropolítica da Rio 92. As contradições quanto às questões ambientais entre as nações desenvolvidas e não desenvolvidas ameaçam a ideia democratizante da catástrofe ecológica. E, nesse

interregno, se configura uma luta de classes ambientalista, envolvendo as organizações não governamentais nacionais e internacionais e seus correspondentes poderes locais. E este é o espaço político de intervenção do Movimento Negro do Brasil.

Num plano transnacional, quatro blocos específicos e interdependentes apresentam as principais questões sobre o meio ambiente:

- O equilíbrio entre nascimentos e mortes.
- O equilíbrio entre as emissões de carbono e a sua fixação na natureza.
- O equilíbrio entre a extinção de plantas e animais e o desenvolvimento de novas espécies.
- O equilíbrio entre a erosão do solo e a formação de solo novo.

Soluções complexas, guardadas as particularidades de cada país, exigem um reordenamento de prioridades para a composição de políticas que efetivamente minimizem as distorções dos estágios de desenvolvimento, buscando uma equalização dos níveis de qualidade de vida entre as nações e, dentro destas, as diferenças regionais.

Um reducionismo fisiocrático define as linhas políticas ambientais em torno da **conservação dos recursos não renováveis** (minérios, combustíveis, minerais), **manutenção dos recursos renováveis** (águas, florestas) e **redução da possibilidade de desastres naturais** (enchentes, deslizamentos) e **dos problemas de erosão e dos índices de poluição** (fumaça, pesticidas, lixo etc.).

Evidentemente, as relações internacionais estão em xeque na Rio 92. O discurso apocalíptico das nações do I Mundo contrasta com o estado de miserabilidade e a condição pré-tecnológica das nações do III e IV Mundos, que operam seus peculiares processos de desenvolvimento com métodos rudimentares, que geralmente não agredem o meio ambiente

na mesma intensidade dos países do I Mundo. Assim, obter uma possível universalidade da Carta de Princípios da Terra, extraída da Rio 92, será um grande desafio.

Desfraldada, a bandeira salvacionista do I Mundo reduz o colapso planetário à ameaça da escassez de alimentos e combustíveis. Desta forma, há uma projeção criminosa – apontada como solução urgente, urgentíssima – em diminuir pela metade a população prevista para o ano 2000. Medidas de controle da natalidade – e provavelmente já vivenciamos seus impactos – se atentarmos para os conflitos bélicos fratricidas; as transformações biogenéticas que ocorrem em populações marcadas cruelmente pela subnutrição; os modos institucionalizados de vírus letais, como o da Aids, que ora ameaça o continente africano, sem deixar de se ressaltar a catástrofe que significa a disseminação do cólera através do Rio Amazonas – são processos que já atuam, indubitavelmente, como seleção natural “programada”.

Estas contradições se salientam quando se verifica que as grandes nações são as principais responsáveis pela agressão à natureza: devastação florestal, lixo atômico, emissão de clorofluorcarbono (CFC) no ar (componente químico que atua como redutor da camada de ozônio), além da exploração comercial da produção tecnológica de agrotóxicos letais ao homem e ao meio ambiente, promovida pela famosa Revolução Verde, de efeito drástico para as nações tropicais, que têm seu regime econômico baseado na monocultura.

A multipolarização dos encaminhamentos da Rio 92 será inevitável. De um lado, as nações do I Mundo, regidas pelo peso da hegemonia americana revitalizada pelo "declínio" do socialismo; e, do outro, o remorso e o conservadorismo da burguesia, misturados ao pacifismo preservacionista da velha e nova esquerda desiludida, sem percepção do alargamento das fronteiras dos pensamentos e sem repertório para dar uma dimensão cultural à questão do meio ambiente, para além da conquista biológica do homem sobre as aves, peixes, árvores e animais neste planeta – ou seja, de imprimir um alinhamento vida/existência que não esteja circunscrito à sua perspectiva de classe média, hoje espremida entre a dialética e a dietética.

Tais nuances e suas vertentes mais bem intencionadas justificam ou estimulam uma participação do Movimento Negro do Brasil ensimesmada na intervenção do poder local e seus antagonistas do presente, pois há um consenso na esquerda e na direita deste País de que as manifestações são elaboradas a partir de uma vaga reivindicação da condição de ser humano, marcada por ressentimentos que demonstram inferioridade e mentalidade pré-lógica (Lévy-Bruhl).

Isso como se tal categorização sacralizada "ser humano" – identificada pela "cultura da violência" – servisse de modelo. Principalmente se esse viés fundamenta ideologização a partir da noção apelativa da existência de diferenças qualitativas entre grupos sociais e indivíduos. Isto é, racismo.

A necessidade de se definir parâmetros que tornem economia e ecologia ciências complementares é a principal tônica e o ponto nevrálgico da Rio 92. Este fato não é somente motivo para se acentuar as desconfianças, mas para se pressupor a existência de prévia negociação das nações do I Mundo (por exemplo, a Convenção de Bruxelas), voltada para a determinação de novas formas de dominação política e cultural, que não ficarão restritas

apenas ao pictórico naturalismo de abraços às árvores e lagos, ou ao aumento do efetivo das guardas florestais para impedir as queimadas, caça ou pesca predatórias.

Embora o apelo apocalíptico insista em dar um caráter democrático às expressões **autodestruição** e **qualidade de vida**, no sentido de transição do presente para o futuro, elas encerram contradições no que concerne às soluções a serem encaminhadas para os problemas do meio ambiente em nível mundial, tornando-se quase inevitável o surgimento de **novos tipos de dependência**, ampliando com profundidade as desigualdades questionadas.

A promessa do I Mundo de formular projetos para a erradicação da fome e da miséria do planeta aparentemente é a ponta de uma isca demagógica de quem fala com a boca cheia de comida. A ideia da composição de uma variável ambiental no centro das decisões econômicas mundiais constitui o eixo básico do que se denomina **planejamento e desenvolvimento sustentável** – instrumento técnico que centraliza quase todas as discussões da Rio 92, principalmente pelos aspectos polêmicos em torno de sua operacionalidade.

Partindo das restrições contidas no fato de que os governos das nações que subscreveram a Carta de Princípios da Terra não são eternos, inevitavelmente o que ocorrerá é uma contínua perda de unidade. Exemplo disso é a natureza do detalhamento de projetos, planos e medidas a serem implementadas, resultantes do conclave, principalmente por parte das nações do I Mundo, que fundamentam a ideia de futuridade do **planejamento e desenvolvimento sustentável**, além da sua abrangência planetária, e, por isso, procuram ocultar o fato da iminente catástrofe que se aproxima, quando a maioria dos seres humanos comporá os marginais do sistema produtivo, como alerta Rose Marie Muraro.

Para Gro Harlem Brundtland, primeira-ministra da Noruega, que, em 1983, convidada pela Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento, coordenou o relatório "Nosso Futuro Comum", vincular as políticas ambiental e de desenvolvimento não é uma premissa que se esgota na dimensão do planejamento sustentável. Para sua aplicação com eficácia, isto é, operar com resultados, torna-se necessária a mundialização de uma nova ordem econômica e jurídica, que regulamente, de forma até coercitiva, o uso e ocupação do espaço, do solo e subsolo do planeta.

A proposta de reestruturação da ONU para a gestão das políticas ambientalistas, pela sua estabilidade em relação ao caráter efêmero dos governos dos Estados nacionais envolvidos em questões descontínuas, poderá assegurar o **reordenamento do processo produtivo** e modernizar as relações produção/consumo, o que consistirá numa revolução cultural que passa pelo desafio de se quebrar a irracionalidade e a lógica do lucro, ou mecanismos semelhantes – em todos os mundos.

Estes desafios são discutíveis por vários ângulos, dentre os quais destacamos três, em torno da ideia de reordenamento do sistema produtivo:

- Torna-se impossível a criação de mecanismos que assegurem que as grandes nações/potências não legislem (via monitoração da ONU) em causa própria;
- Da mesma forma, não se pode garantir que a reformulação do sistema produtivo não será determinada pela indiferença e neutralidade da tecnologia e da ciência, sempre a serviço de interesses político-ideológicos das nações poderosas;
- As dificuldades – haja vista a complexidade de cada nação – de um projeto para reformular e unificar as **contabilidades nacionais**.

Consideramos importante o último aspecto, sem deixar de associá-lo aos outros dois, pois sabemos, é lógico, que as políticas ambientalistas serão traduzidas em recursos econômicos e financeiros e que suas contrapartidas são e serão demandas sociais, que, no contexto do Brasil e em relação ao poder local, não só assumem a amplitude de dívidas internas, mas também evidenciam a existência de um credor social de transcendência mundial, se avaliarmos a importância da força do trabalho do negro no Brasil — no cultivo da cana-de-açúcar, café e mineração do ouro — que foram fatores preponderantes para que ocorressem na Europa a I e a II Revolução e a consequente expansão e consolidação do capitalismo neste século.

Este conceito de dívida se redimensiona ante os processos etnocidas que sinalizam a demarcação das reservas indígenas e os permanentes fluxos migratórios para os grandes centros de desenvolvimento do País, e a marginalização dos descendentes dos negros africanos no processo produtivo, resultando em problemas sociais alarmantes, visíveis a olho nu em São Paulo e no Rio de Janeiro. É importante observar a ressonância negativa de se falar em **demandas públicas internacionais** por parte do poder local, sem se confrontar com a argumentação conservadora e enganosa da necessidade de preservar a soberania nacional.

É preocupante, também, imaginar, à luz de um país em desenvolvimento (do III para o IV Mundo), os impactos das transformações geradas pelo **reordenamento do sistema produtivo**, o efeito cruel de seus desdobramentos e as repercussões na vida dos indivíduos e suas relações com o meio ambiente, quando é notório que todo processo de renovação tecnológica reduz mais do que constrói empregos. Desta forma, o peso das grandes potências, relativo à disponibilidade de investimentos para tal empreendimento, como criar novas técnicas e tecnologias que minimizem a ação devastadora dos seres humanos sobre o meio ambiente, dificilmente

deixará de manter o vínculo exploratório, a "royaltização" da economia via transferência de tecnologia avançada, já em processo de elaboração em série, e possivelmente com os devidos mapeamentos mercadológicos.

Esta questão é crucial, uma vez que a ideia de reconversão do sistema produtivo não interfere no âmago das modalidades de produção, e é justamente o que faz um país visceralmente diferente de outro. Por esse prisma, falar em quebrar a lógica do lucro significa eliminar a competitividade, a livre concorrência e a obsolescência planificada – a alma do negócio capitalista. Isto no momento exato em que o capitalismo festeja seu triunfo sobre o socialismo, quando este, mais do que outro regime ou sistema político, por natureza, estaria mais apto para conceber soluções às questões ambientais com a profundidade humana desejada.

As diferenças de desenvolvimento entre países requerem do **planejamento sustentável**, pelas contradições expostas, a maior flexibilidade na formulação de padrões desenvolvimentistas, a partir de leituras de realidades heterogêneas, o que implica numa montagem interdisciplinar que abranja toda a melhoria da qualidade de vida, a reavaliação permanente dos projetos e uma visão sistemática do problema ambiental em uma dimensão internacional.

1.12 – Perspectiva de educação ambiental

Este item é genérico e óbvio, e não fala em reforma educacional descentralizada como fator de mobilidade social.

1.13 – Financiamento do desenvolvimento sustentável "... O

modelo de desenvolvimento do pós-guerra foi caracterizado por processos acelerados de industrialização e urbanização (... Esse modelo mostrou-se incapaz de solucionar problemas sociais básicos...)"

Este item critica a falência dos modelos de desenvolvimento até a década de 80, ou seja: a) estabilizar a inflação; b) reequilibrar a balança de pagamentos; c) retomar o crescimento econômico, como se os procedimentos atuais não fossem uma continuidade da aceleração dos processos de industrialização e urbanização como fatores responsáveis pela degradação do meio ambiente, uma vez que se baseiam, ainda, na intensificação energética de atividades produtivas, no consumo baseado nos hidrocarbonetos e hidroelectricidade e no crescimento agropecuário forjado na expansão de fronteira – concentração de propriedade – e incremento de insumos modernos, responsáveis pelo acréscimo do fluxo migratório.

Em síntese – embora se insinue no Documento Oficial do Governo a questão da dívida externa em projetos ambientalistas – isso requer uma análise mais acurada, haja vista os níveis de interdependência contidos nas relações do Estado, da sociedade e da comunidade internacional, representados pelos furiosos credores deste País. Isto diante da vontade política de criar um novo estilo de desenvolvimento, realmente voltado às condições para dar à economia competitividade internacional.

04 Planejamento e Desenvolvimento Indiscriminável

Um Contra Conceito Emancipador

Não se trata de uma contraposição aos conceitos teóricos contidos em instrumentos técnicos como eco-desenvolvimento ou o famigerado planejamento e desenvolvimento sustentável, mas sim de imprimir um conjunto de ideias que formulem uma contribuição participativa do Movimento Negro do Brasil, que denominamos de **Planejamento e Desenvolvimento Indiscriminável ou Indiscriminado (PDI)**, pela dimensão social que busca não só demonstrar, mas **comprovar** que há um desafio das políticas desenvolvimentistas, que é buscar organizar o que, por natureza, é desorganizado.

Nos debates e polêmicas em torno da Rio 92, tem-se colocado timidamente a expressão cooperação, pelo sentido de equiparação que o termo denota e conota. E, cada vez mais, a expressão **ajuda** toma corpo, norteando as definições das relações entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, da mesma forma que se desdobram, no recinto, as contradições internas de todas as nações, indiscriminadamente.

Quando buscamos conceituar Planejamento e Desenvolvimento Indiscriminável, não apenas denunciaremos a existência de procedimentos etnodiscricionários nos métodos utilizados em todos os países regidos pela lógica do lucro, mas ratificamos a necessidade de promover recortes profundos nas suas realidades específicas, ou seja, discriminar e conceder a esta ação um sentido positivo. Paradoxo?

O concreto da questão se situa na contraposição que significa a expansão neoliberalista, mantendo acesa a lógica do lucro e a utopia dos meios de **cooperação** nas relações Norte/Sul, Homem/Mulher, Negro/Branco, principalmente Capital/Trabalho, nas quais tudo que é estável vira fumaça, o que é sagrado será profanado e o novo supera o velho — no sentido da referência de Engels e Marx à ação proletária sobre a burguesia. Seria melhor um conceito de indiscriminação, definindo uma nova ordem econômica e jurídica internacional, baseando-se no seguinte:

- Retorno Político para os governos de todos os países;
- Retorno Empresarial para a iniciativa privada via propriedade com real função social;
- Retorno Social para negros e pobres do Brasil, traduzido em exercício da cidadania, igualdade de oportunidades e, principalmente, integração à vida.

O espaço do argumento – do PDI – se compõe na quebra da lógica do lucro, na formulação de modelos alternativos baseados no real, isto é, abstrair-se da utopia de ideologização dos problemas e questões e operar no limite da viabilidade, a partir de ideias voltadas para a otimização das condições de vida das populações marginalizadas, visando à erradicação da pobreza.

Propõe-se, ainda, desenvolver projetos que apontem para a criação de atividades que resultem na geração maciça e massiva de empregos.

A democratização do conhecimento justifica-se – no PDI – como resultado de uma efetiva prática social que torne indissolúveis os interesses dos que detêm os meios de produção e dos que não os detêm. E subsidiar políticas públicas e privadas, pontuais e globais, buscando uma distribuição de retornos (político, social, econômico) que promova a equiparação diante dos meios de desenvolvimento.

Compreende o PDI que estas premissas – evidentemente questionáveis – implicam na redução dos padrões de consumo e condicionamento de vida discricionários da sociedade, minimizando as desigualdades sociais, regionais, raciais e sexuais.

O PDI considera o nível de elaboração e execução de projetos e empreendimentos de múltiplos interesses, isto é, sociedade civil, governo, Estado, sindicatos, associações de classe etc.

O PDI compreende que, na localização socioocupacional dos negros e pobres nas parcelas do mercado de trabalho no Brasil, está implícito o caráter discricionário da sociedade brasileira: os que vão fazer a gestão e aqueles que servirão para a manutenção do sistema.

Assim, consiste o PDI no delineamento de projetos nascidos a partir de prioridades básicas – como Reforma Urbana e Reforma Agrária –, permeados por uma ação jurídica que garanta uma diversidade político-cultural.

Consiste, ainda, no desenvolvimento de projetos voltados para a democratização e modernização ou reconversão do sistema produtivo, inibindo o traço desagregador/mutilador de seus impactos, no tocante à relação ser humano/máquina; além da democratização e do acesso a todas as conquistas tecnológicas e científicas em nível mundial, adequando-as a realidades distintas.



O Movimento Negro no Contexto Político e Social do Brasil

Imaginamos a participação do Movimento Negro Brasileiro, na Rio 92, a partir das seguintes indagações:

- Preservar o quê?
- Preservar para quê?
- Preservar para quem?

Estas perguntas dificilmente serão respondidas de maneira incontestada pelo delírio ecológico, principalmente o brasileiro, hoje muito mais preocupado em delimitar cinco metros quadrados por faisão do que em pensar nas centenas de mulheres e homens de rua em São Paulo e no Rio de Janeiro. Outra dúvida pessimista pairante é a de se saber que, pela diferenciação político-cultural dos países envolvidos neste evento, com certeza não haverá disposição/vontade política para se operar sobre as tensões de velhas relações como: escravo/senhor, trabalho/capital, indivíduo/Estado.

A ideia de dar subsídios para uma intervenção política do Movimento Negro nas discussões em torno da Rio 92 não esgota suas possibilidades ou carências no tecnicismo e historicismo deste texto. Para isso, achamos importante formular um escopo que conceda sustentação às linhas políticas, como:

- Internacionalizar o Movimento Negro Brasileiro como força política emergente e consequente, na medida em que afirma, na sua ação intrínseca, mudanças estruturais na sociedade;
- Neste sentido, é importante observar que o esforço institucional de vender para o mundo o mito da democracia racial chegou ao ápice;
- A constatação disso está no Relatório da World Media e da Anistia Internacional (apesar desta demonstrar a violência policial e o desrespeito aos direitos humanos no Brasil), que não sinaliza os conflitos raciais existentes;
- O Brasil, hoje, é muito mais conhecido no exterior pelas queimadas das florestas amazônicas, pela não demarcação de reservas indígenas, pelos altos índices de AIDS e mortalidade infantil, do que pelo futebol e carnaval — expressões de peso cultural, indiscutivelmente, de participação hegemônica do negro;
- A dependência política, a cooptação político-partidária, o integracionismo e o oportunismo são fatores que têm permeado os avanços e os recuos do Movimento Negro no Brasil, que não lhe dão expressão de força política autônoma.
- (na forma de se organizar) e independente (na forma de se articular com a sociedade indiscriminadamente);

- Responde a esta situação a falta de representação política, que, por sua vez, contraria a afirmação demagógica de que somos a maioria da população do país, haja vista que, apesar da Lei Caó, ainda não se conseguiu, de forma taxativa, a criminalização do ato de racismo no Brasil.

Estes fatores combinados revelam as condições materiais de existência do negro no Brasil, o que nos impõe pensar linhas políticas a partir de sua equiparação diante dos meios de desenvolvimento, da ação e do pensamento.

Desenvolvimento de linhas de atuação tecno-políticas

Operar diretrizes políticas situando o negro brasileiro no contexto da questão ambiental significa marcar um caminho reflexivo que fatalmente conduz a uma encruzilhada, na qual a situação atual do país e o descrédito crescente em torno de políticas sociais de um governo embebido por doses de ilusionógenas miragens da modernidade do I Mundo significam legitimar o conteúdo de subordinação que fatalmente apontará os acordos em torno da dívida externa. Estes aspectos são motivos para termos, caso triunfe, na Rio 92, a proposta ou entendimento para se desencadear um irreversível processo de reconversão ou de parte – e não total – da dívida externa em projeto ambientalista.

A razão que faz grande este termo é saber que, embora tais acordos se efetivem, nada garante que a **via da sofisticação** transforme o Brasil numa potência ecológica, como almejam os ecologistas mais radicais e honestos. Isto inevitavelmente não ocorrerá, pois a sombra da **desigualdade social** do I Mundo estenderá o seu lençol **SÂNGRIME** na camada roxa de um Estado, a se confundir como extensão dos poucos e inescrupulosos detentores dos meios de produção, que capitularão ao **neocolonialismo da economia social de mercado**.

Na preocupação redentorista do I Mundo, omite-se um certo atemporal antropocentrismo, que insiste em indicar formas de exploração mais suaves, geradas por uma consciência de escrúpulo afetada pela perversão da falta de perspectiva existencial, originada pela excessiva materialização das relações em todos os níveis.

A exacerbação dos conflitos resultantes da crise dos autoritarismos, tanto de direita como de esquerda, e do triunfo do dualismo ante a solidão do ser humano amargurado, como subproduto de sua mais perfeita invenção – **a máquina** –, que não prevê a largura e a profundidade dos impactos de uma possível reconversão do sistema produtivo em função de um PNB Verde em países semelhantes ao Brasil, não poderá ficar num simples protocolo de intenções, mas exige medidas que estimulem impactos com as mesmas intensidades, pois o menor desvio ou subordinação – que ocorra na reativação do processo de crescimento do país – será fatal para as próximas gerações.

Inevitavelmente, uma nova ordem internacional, assentada na equação **economia–desenvolvimento–meio ambiente**, imporá uma reorganização da sociedade brasileira, em constante fase de transição política e desestabilização econômica. Uma reconceituação

de modelos de desenvolvimento em que se aprofundem as condições de vida das populações marginalizadas do país, a partir de ações concretas que reduzam de fato as distorções regionais, consiste num esforço dos **movimentos ecológicos** mais consequentes, uma vez que o fundamentalismo ambientalista jamais sobreporá as estruturas ideológicas, mesmo as mais decadentes, já que a organicidade da economia as manterá sempre vivas, pois é evidente que há uma incapacidade do III Mundo de produzir ideologia.

Por este ângulo, a constatação, pós-reunificação da Alemanha, da reação à Glasnost/Perestroika e das lutas emancipacionistas das nações soviéticas, evidenciam que nenhuma ordem político-ideológica, como é concebida, responde à dimensão humana latente nos conflitos étnico-culturais. E isto só ratifica as desconfianças históricas que o Movimento Negro do Brasil tem com a velha e a nova esquerdas quanto à globalidade das lutas de classe, sem a compreensão da especificidade universalizante da luta contra o racismo. Aqui e no mundo.

O que inquieta é a temeridade – e o desatino – de se considerar peculiar um grande contingente da população do país subsistir abaixo do patamar de miséria explícita, como revelam as faixas de renda mensal menor que um salário mínimo. Neste sentido, o alarde e o aparato terrorista dos ambientalistas do I Mundo tornam-se algo minúsculo, que se salienta como uma onda no contexto de problemas sociais tão graves e alarmantes. A irresponsabilidade assola a discussão; falar em biotecnologia sem encarar o que foi o resultado danoso para as nações do III Mundo, que sobreviviam em função da cana-de-açúcar, é um exemplo a ser pensado: se avanço tecnológico se traduz em miséria.

A situação do negro no Brasil não está dissociada – pelo exposto até então – do que se projeta para o país. A ideia de acordar, na Rio 92, de que o país que **polui mais paga mais** pelos custos monetários e sociais gerados pelo planejamento sustentado pode não contemplar o país como um todo, isto é, a premissa universalizante de que a Rio 92 não será reproduzida como tal no âmbito deste país.

06 A Natureza da Velha à Nova Escravidão

*"E tu, Portugal-centavos, resto de Monarquia a apodrecer República, extrema-
unção-enxovalho da desgraça,*

colabora ao artificial na Guerra com vergonhas naturais

em África!

E tu Brasil, 'República Irmã', blague de Pedro Álvares

Cabral, que nem te queria descobrir!

Ponham-me um pano por cima de tudo isso!"

(Fernando Pessoa)

Cenário I

O Estado Monárquico. A igreja. A Casa Grande. A Senzala. Senhores & Escravos.

O Regime de Trabalho Forçado.

Cenário II

O Estado Republicano. A Igreja. A Empresa & A Fazenda. A Favela –

O Cortiço. O Mocambo – O Casebre. O Latifundiário. O Empresário.

O Camponês. O Operário. O Desempregado.

Estes cenários materializaram o processo de extermínio do Negro Brasileiro. O espírito da hereditariedade da propriedade não só compôs a primeira divisão geopolítica do Brasil, decomposta em capitanias, mas também estabeleceu uma divisão de papéis e funções que estão indissoluvelmente arraigadas nas formas de dominação racial e cultural dos não-negros sobre os negros, prolongando-as às de ordem política e socioeconômica. A constatação é de que as raízes do Estado Brasileiro passam por um alinhamento político-ideológico entre propriedade e Igreja. O esforço de caçar-almas desenvolvera um projeto de catequese que visava à construção de um Estado teocrático na América Latina, através de duas funções criminosamente específicas. A primeira foi preservar o índio, em troca do trabalho forçado do negro. E a segunda, operar para suavizar as tensões entre senhores e escravos, acenando para estes, ante o flagelo da escravidão, com as "vantagens" da vida eterna pós-morte, como compensação pelos sofrimentos numa vida pautada pela obediência e submissão.

Nesta composição do Cenário I, o Estado, além do vínculo umbilical com a propriedade, tem implícita no papel do feitor a origem filosófica da estrutura militar do Brasil, até então baseada na repulsa aos negros e pobres e na proteção da propriedade.

O racismo, compreendido como uma prática ideológica de marcar diferenças – isto é, superioridade ou inferioridade – entre grupos e indivíduos, está nas bases formuladas da sociedade brasileira. Da forma como se compreenderá, cristalizou-se a ideia do Patrimônio Territorial, passando pela administração dos meios de produção (equipamentos e escravos no mesmo nível de equivalência) e a institucionalização dos aparelhos repressivos como ordenadores da divisão (social e racial) do trabalho.

Em recente ensaio denominado "A Questão Racial e a Sociologia Paulista", na revista *Perspectiva*, a socióloga Elise Rugar Bastos efetua uma rápida exegese do cientificismo que reveste o racismo e suas ressonâncias na formação da sociedade e do Estado brasileiros, do qual extraímos, à guisa de situar o negro e as questões do meio ambiente e desenvolvimento, um trecho do recorte que faz às teorias eurocêntricas de Sílvio Romero.

Este autor, ao procurar compreender a história do Brasil, afirma tratar-se de um **tipo novo de homem** – o mestiço. "Todo brasileiro é um mestiço, quando não no sangue, nas ideias." Aliando a questão racial ao meio físico e à imitação, traça o esboço do caráter brasileiro, partindo do princípio de que há uma inferioridade racial na nossa formação, resultante de caldeamentos de índios e negros, que se reflete ao nível do pensamento. Trata-se de uma "sub-raça mestiça e crioula, distinta da europeia". Nesse sentido, almejar a civilização é possível, mas o autor acredita que essa tarefa seja muito difícil, e a encara com pessimismo. Percebe-se uma ambiguidade fundamental: a raça é inferior e o clima é ruim; no entanto, há saída para o impasse (embora o autor não indique claramente qual!). A discussão traz atrás de si todo um palco de reflexões sobre o pensamento e a formação nacionais, representado pela Escola de Recife. Ao mesmo tempo, percebe-se a influência das novas ideias europeias – Taine, Renan, Gobineau, Spencer, Darwin – e dos contornos de uma sociedade que se esboça. Curioso é que, nas leituras de Sílvio Romero, Oliveira Vianna e Nina Rodrigues, há a visão da utopia paradisíaca da Europa em relação à América.

Essas leituras, entre a metade do século passado e o início deste, refletiam um contraste abrupto, embora tivessem, no bojo de suas intenções, manter o corpo e o espírito de negros e índios excluídos do projeto de nacionalidade brasileira à luz da barbárie europeia, criando os graus de dependência a que se submete o branco brasileiro – dependência da força de trabalho

e da expressão cultural do negro, das benesses da terra dos índios e da identificação cultural (como colonizadores de segunda mão) com a Europa. Os níveis de desigualdade e de desequilíbrio entre Norte-Sul de hoje estão neste passado, porque a idealização da Europa nos trópicos é diametralmente oposta às visões utópicas da Europa em relação à América paradisíaca, a partir do século XIV, que retorna agora com os adereços mais cruéis da modernidade.

A crise de identidade vai cingir as relações inter-raciais, no sentido de identificar o que é inferior ou superior. Assim, este processo de desenvolvimento torna-se contraditório e atuará como fator inibidor para projetos sociais que realmente contemplem a pluralidade, todas as diferenças. A dependência tecnocientífica entre países se desdobra a nível micropolítico, até a submissão e condição dos grupos e indivíduos. Por exemplo, se dialetizamos – no tempo e no espaço – o papel e o perfil do feitor (em um plano de expansão e funcional adequação às atitudes históricas de cada época), verificamos a existência de uma leitura mitológica – desenvolvida natural e principalmente por negrólogos atacados por extrema negrofobia – que identifica o espectro desta função como resultado da miscigenação, como instrumento de estímulo ao fratricídio; recompensado pela opção político-existencial, pelo traço de identidade que concebe vantagens materiais aos filhos de negros com brancos; vantagens estas que estabelecem diferenciações por função no processo produtivo.

O sociólogo negro Guerreiro Ramos compreenderá este conjunto de disfunções e desajustes contidos no inconsciente coletivo da sociedade brasileira, sustentadas por posições determinadas na distribuição dos indivíduos, suas relações com o meio físico e ampliação acentuada das diferenças sociais como um traço doentio e perverso do branco

brasileiro, como expressão do poder político e econômico. "... Para garantir a espoliação, a minoria de origem europeia recorria não somente à força, à violência, mas a um sistema de subjustificações, de estereótipos, ou processos de domesticação psicológica. A afirmação dogmática da excelência da brancura ou a degradação estética da cor negra era um dos suportes psicológicos da espoliação. Este mesmo fato, porém, passou a ser patológico em situações diversas, como as de hoje, em que o processo de miscigenação e de capilaridade social" evidencia as formas sutis de dominação. Neste pedaço do real não é só ilustrativa, mas reflexiva por profundidade, a observação da causa e do efeito, no meio e no ambiente, da obra simbolista do grande poeta negro brasileiro Cruz e Souza, que, muito antes de importantes pesquisas científicas que vieram posteriormente aos 80 do século passado, usava com excesso a palavra "nevrose", de forma desordenada nos espaços em branco das páginas repletas de imagens, símbolos e signos brancos (pálidos, assépticos, tristes e principalmente sedutores por supremacia). Refletia a real situação trágica do negro no Brasil pós-abolição. E não revela, como quis Roger Bastide, um desejo angustiado e insustentável de ser branco, pois não há, no processo de colonização do Brasil, choques de matrizes culturais tão profundos erigidos pelo colonizador autóctone.

O que se comprova é uma ação de supressão da identidade e de animalização do negro. E também o parasitismo espoliativo do branco brasileiro, sua capitulação na condição de apêndice da Europa, dependência que se amplia pela irradiadora força de trabalho e resistência dos valores culturais dos negros que subsistiram a todos os tipos de massacre – uma inequívoca expressão libertária até hoje.

Tanto na velha como na nova escravidão (conforme cenários), há um traço de consanguinidade que faz uma extensão da outra, via uma linhagem, fixada pelo Estado, da hereditariedade que conforma os estratos da pirâmide social no Brasil. Por isso, não se pode afirmar taxativamente que a cor no Brasil é um fenômeno universal, independente de filosofia e ideologia, o que torna as consequências originadas das ações etnocêntricas um fluxo contínuo dos níveis de desigualdade e de desequilíbrio.

O que os diferencia – os cenários I e II – basicamente, em substância, são a evolução das formas de exploração e opressão do negro e a degradação da condição humana que o cerca, através da readaptação de métodos, o refinamento ideológico dos fundamentos da superioridade do branco e um acentuado apelo ao embranquecimento do negro, como aceno à sua integração social.

A Lei Eusébio de Queirós, de 1850 (que extinguiu a comercialização do negro, o seu transplante da África), a Lei dos Sexagenários, de 1865 (que concedia liberdade pós-60 anos de escravidão), e a Lei do Ventre Livre, de 1871 (que concedia liberdade aos nascituros, como se recém-nascidos nas senzalas pudessem se proclamar livres), constituíram os principais dispositivos de uma criminosa legislação abolicionista, isto com uma defasagem de mais de cem anos em relação às colônias espanholas, francesas e inglesas. As contradições contidas nessas leis passaram pelo processo de monitoração do desenvolvimento do Brasil, administrado pela Inglaterra desde 1808.

A Abertura dos Portos, juntamente com a transferência da Família Real Portuguesa, dava início ao processo de industrialização, até então vedado pelo projeto colonial português. Fato este que funciona como obstáculo aos ideais de progresso vigentes na época. Em 1823, um ano após a emancipação política, José Bonifácio de Andrade fizera um surpreendente diagnóstico do país, que, guardadas as relativizações espaço-temporais,

é de uma assustadora atualidade, cujos fragmentos utilizamos para contextualizar a transição da velha à nova escravidão: *"Generosos Cidadãos do Brasil, que amais a vossa Pátria, sabeis que sem a abolição total do infame tráfico da escravidão africana, e sem emancipação sucessiva dos atuais cativos, nunca o Brasil firmará sua independência nacional e segurar-se e defenderá sua liberal Constituição"*.

A visão do Patriarca da Independência não é só crítica, é profética e de uma veracidade impressionante: *"causa raiva ou riso ver vinte escravos transportarem vinte sacas de açúcar que uma ou duas carretas conduziram, puxadas por dois bois ou muas"*. Bonifácio atribuía à escravidão a baixa produtividade das indústrias e a ineficácia da política econômica aqui aplicada, comparando-a à dos EUA, onde os escravos apenas trabalhavam na agricultura e, no Brasil, tudo era feito por seu intermédio, e geralmente mal executado.

A visão futurista de Bonifácio não se restringia tão simplesmente à eliminação do tráfico de escravos. A sua crítica é dirigida à seleção do Estado com aqueles que processavam o sistema escravocrata, baseado na ideia de que se era **escravo por natureza**. No entanto, seu apelo não era de todo humanista, porque nele estava bem explícito o temor da dependência como entrave para a formulação de um novo estágio civilizatório distinto do europeu. A sua compreensão da relação homem-trabalhador não vislumbrava os espíritos que estavam arraigados no processo de gestão do regime escravocrata, e este conjunto de atributos se projetaria para o futuro. O discurso de Bonifácio repassa a ideia de que o regime de trabalho forçado era transitório e que o papel dos agentes daquele sistema produtivo consistia em administrar, de forma holística, os reinos animal, vegetal e mineral. A sua visão é extraordinária para a época:

" ... da África e da Índia, pode e deve ser civilizado e cultivado sem as fadigas demasiadas de uma vida inquieta e trabalhada, e sem os esforços alambicados das artes e comércios exclusivos da velha Europa.

Dai-lhe que goze da liberdade civil que já tem adquirido. Dai-lhe maior instrução e moralidade; desvelai-vos em aperfeiçoar a sua agricultura em desempenhar e fomentar a sua indústria artística, em aumentar e melhorar suas estradas e navegar no de seus rios. Empenhai-vos em acrescentar a sua povoação livre, destruindo de um golpe o peçonhento cancro que o rôi, e que enfraquece a sua força militar, que não pode tirar de um milhão de escravos, e mais que desgraçadamente fazem hoje em dia um terço, pelo menos da sua mesclada população. Então ele será feliz e poderoso.

A natureza fez tudo a nosso favor, nós porém pouco ou nada temos feito a favor da natureza. Nossas terras estão ermas e as poucas que temos roteado são mal cultivadas, porque o são por braços indolentes e forçados. Nossas numerosas minas, por falta de trabalhadores ativos e instruídos, estão desconhecidas ou mal aproveitadas.

Nossas preciosas matas vão desaparecendo, vítimas do fogo e do machado destruidor, da ignorância e do egoísmo.

Eis aqui o que por ora o amor da Pátria e o zelo da justiça e da piedade me sugerem.

O vastíssimo Brasil, situado no clima mais ameno e temperado do Universo, dotado de fertilidade natural, rico de numerosas produções, próprias suas e capaz de mil outras que facilmente se podem nele climatizar sem os gelos da Europa e sem os ardores.

Mostra a experiência e a razão que a riqueza só reina onde impera a liberdade e a justiça, não onde mora o cativo da corrupção.

Embora contra nós uive e ronque o egoísmo e a vil cobiça, sua perversa indignação e seus desonestos gritos sejam-nos novos estímulos de triunfo, seguindo a estrada limpa da verdadeira Política, que é filha da Razão e da Moral.

E vós, traficantes de carne humana, e vós senhores injustos e cruéis, ouvi, com temor e arrependimento (se não tendes pátria) a voz imperiosa da consciência. Mais cedo talvez, do que pensais, tereis que sofrer terrivelmente da vossa voluntária cegueira e ambição, pois o castigo se é tardio às vezes, de certo nunca falha."

Neste sentido, a abstração das funções e papéis das Mulheres Negras e dos Homens Negros está intimamente relacionada às nuances dos processos de exploração e às feições que a sociedade vai tomando a cada política econômica, cujos atores principais são as Mulheres e os Homens Brancos.

A partir da metade do século passado, os ventos da Revolução Industrial atingiram o Brasil. A implantação da navegação a vapor, das linhas telegráficas e a construção de ferrovias constituíram elementos fundamentais para a produção e o escoamento de uma economia especificamente agrícola.

O modelo fisiocrático colonial, baseado na espoliação e na exploração de uma economia de subsistência policultora, começava a ruir, na medida em que o processo de monopolização que a produção açucareira imprimia por mais de um século passava a encarar a concorrência das colônias inglesas, espanholas e francesas. Este modelo foi criado sobre a rentabilidade advinda do tráfico de escravos negros da África e seus remanejamentos como mão de obra para todas as atividades econômicas que o mercado

européu determinava. O desenvolvimento industrial do Brasil foi retido até 1823, ano da emancipação política do país. Entretanto, datam de 1810 os primeiros acordos comerciais entre o Brasil e a Inglaterra, que passava a monopolizar toda a política econômica brasileira, com maior intensidade a partir de 1822.

O triunfo criminoso da Aliança Tríplice – composta pela Argentina, Uruguai e Brasil – sobre o Paraguai possibilitou ao Negro sua liberdade, degolando mulheres e crianças na terra de Solano López. Na volta à pátria madrastra, foram povoar os espaços sórdidos dos centros urbanos em formação.

Os embates da sociedade – até então em torno da abolição do regime de trabalho forçado – se intensificaram. O liberalismo se transformou em um monstro de duas cabeças, com interesses paradoxais: uma preocupada em vincular ao ato emancipador uma reforma agrária e um projeto educacional que de fato integrasse os negros; e a outra, fisiologista, movida pela ideia de indenização pelas prováveis sanções que a abolição traria aos senhores escravagistas. Porém, o desempenho dos negros no Paraguai inquietara o Império em decadência, diante do exemplo do Haiti de Toussaint-L'Ouverture.

Este temor, de conteúdo militar, procedia de Caxias, em carta dirigida ao Imperador: *"A sombra dessa guerra, nada pode livrar-nos de que aquela imensa escravatura do Brasil dê o grito de sua divina e humanamente legítima liberdade; e tenha lugar uma guerra interna, como no Haiti, de negros contra brancos, que sempre tem ameaçado o Brasil, e desaparecer dele a escassíssima e diminuta parte branca que há"*.

Assim, esta inquietação adquiria as bases científicas já referidas, a partir do alijamento dos Negros do processo de modernização que a industrialização traria, exigindo mão de obra especializada, para a qual, supostamente,

os Negros estavam despreparados. A política de estímulo à imigração europeia bloqueava, assim, a possibilidade da transição do trabalho forçado para o trabalho livre. As massas negras "não constituirão uma força produtora significativa e não se definirão como classe trabalhadora, esmagadas pela herança terrível da escravidão".

Esta síntese lapidar e reveladora de Júlio José Chiavenato torna inevitável a conclusão de que, para a sociedade racista brasileira – até hoje – só há interesse no Negro como escravo ou no que de sua estigmatização deriva. Por exemplo, as primeiras experiências com trabalho livre ratificaram as teses de Bonifácio. O trabalho livre era mais barato do que o forçado; "ideologicamente, os Negros foram responsabilizados pelas classes dominantes pela ineficiência da escravidão". Esta é a situação que precede a farsa da abolição. Neste espaço de transformações político-sociais, não há apenas a reestruturação do sistema econômico, de um regime agrícola de concepção feudal que deu origem a uma política agrária forjada no monopólio progressivo da terra, mas também mudanças institucionais que resultaram na República como prolongamento da Monarquia.

Assim, os Negros foram retransplantados da senzala para a favela, para os núcleos formadores dos futuros centros urbanos do país. Destituídos de qualquer condição de propriedade (além do corpo marcado pela escravidão) e tendo a imagem como projeção da miséria, sem possibilidade de se constituírem em força política e alternativa de poder, ficaram expostos à condição de subproletariado nas cidades e semi-escravizados no campo.

Quatro aspectos relevantes sinalizaram este quadro crítico, de consequências futuríveis desastrosas da história do Brasil, como determinantes do traço de acentuada desigualdade social que se prolonga daquele a este século:

- A incompatibilidade da política imigratória com o desejo britânico de transformar as massas negras em um segmento consumidor de seus produtos;
- O surgimento de um crescente exército de reserva marginal – fonte inesgotável, em permanente processo de retroalimentação – como fator de acumulação de capital;
- O início de um processo em que a concentração de propriedade rural é continuamente alimentada pelo influxo do capital industrial, na expulsão das populações do campo;
- A incorporação ideologizada do eurocentrismo contido no caráter do Estado, governado por quaisquer matizes político-ideológicos, sobretudo pela forma como a relação capital/trabalho é determinada.

Até os anos 30, o Brasil foi um país eminentemente agrário. O influxo industrial, com raras exceções, servira de suporte aos empreendimentos agrícolas, sobretudo à cafeicultura, que foi o principal sustentáculo da economia brasileira. Somente o Estado de São Paulo era responsável por 86% do café consumido em todo o mundo. É importante observar que, apesar da inserção dos imigrantes europeus e da exclusão programada, a força de trabalho negra participava desse processo, mas já ocupando a base da estrutura produtiva, efetuando aquelas tarefas que exigiam maior esforço físico.

A condição do Rio de Janeiro como capital política do país e de São Paulo como principal polo econômico do Brasil, principalmente após a crise econômica de 1929, foi um fator condicionante do processo de diversificação da economia, notadamente da industrialização, trazendo consigo os fenômenos inerentes à urbanização e à metropolização.

O conteúdo discricionário dos modelos políticos e econômicos do passado se sucedeu no futuro. Acentuaram-se as distorções em todos os níveis de desigualdade e desequilíbrio, no que concerne ao desenvolvimento regional e, conseqüentemente, às relações entre negros e brancos, sulistas e nordestinos, homens e mulheres no mercado de trabalho.

Ao efeito corrosivo desses modelos aliaram-se outros aspectos, como as estiagens no Nordeste, que induziram um ininterrupto fluxo migratório, e a implementação da indústria automobilística na metade dos anos 50, gerando um processo de urbanização desordenado, criando uma nova conformação espacial das cidades e um sistema de segregação na localização dos indivíduos, conforme a divisão social do trabalho. Isso bem define a necessidade de o Movimento Negro do Brasil refletir a questão do Meio Ambiente e do Desenvolvimento a partir de duas questões básicas: a reforma urbana e a reforma agrária.



Os Donos do Meio e do Ambiente

*"Nunca se viu nação forte ser conservadora,
nem nação sã ser imperialista.
Quer impor-se quem não pode já
transformar-se. Quer dar quem já não pode receber.
Mas quem não pode transformar-se, na verdade
estagnou;
e quem não pode receber, estagnou também".*

(Fernando Pessoa)

Na medida em que a democratização das informações em torno do Meio Ambiente se amplia, a noção de desequilíbrio ecológico apresenta nuances surpreendentes. Um recurso estreito e discriminatório passa a ser utilizado por algumas castas ambientalistas, no sentido de circunscrever os debates, as ações e as políticas apenas "àqueles" ou "àquelas entidades" que possuam tradução de lutar. É extremamente contraditório pelo ridículo que em si escancara. Este argumento reacionário busca principalmente excluir a participação dos Movimentos – ditos – sociais, das Mulheres, dos Sindicatos e dos Negros. E dos Partidos Políticos, embora, a estes, os índices de recusas sejam generalizados.

O sentido preconceituoso deste argumento, presente na elaboração da Eco Paralela pelas ONGs, revela uma condição de espelho do Evento Oficial, que veda a possibilidade de serem interlocutores com reais condições de operar mudanças, pelo perfil de suporte de um projeto micropolítico que as compõem, e que, por isso mesmo, pode ser diluído pela sua própria aspiração contestadora. Da mesma forma como o Evento Oficial enxerga o narcisismo verde, infantil e infantilizador, este não observa o efeito altamente positivo deste processo de democratização, que sobrepõe as condições de desigualdades sociais ao desequilíbrio da natureza.

A atitude de operar nos intestinos das relações Norte/Sul, reconhecendo os níveis de subordinação, não pode se restringir à conclamação da sociedade civil nacional para mudar as rotas das demandas e prioridades do Norte e do que vai ser decidido no âmbito do Evento Oficial. Isso seria não perceber a apatia da sociedade brasileira em definir o seu próprio destino político, onde níveis diferenciados de desequilíbrios e desigualdades de classe, sexo, raça e procedência regional opõem-se aos Donos do Meio e do Ambiente.

Os níveis de desigualdade que apreendem que capitalismo e socialismo são faces da mesma moeda autoritária, e que o sentido de classes denota a existência de sociedades baseadas em privilégio, mesmo em sistemas opostos por estilo político e econômico, se fundem por equivalência ao projeto de gestão. Uma maneira de se compreender, por um viés macropolítico, essas relações é observar que Cuba significa uma degradação ambiental para os EUA, por exemplo.

Entretanto, se a questão dos níveis de desequilíbrio passa necessariamente pelos meios como são utilizados e utilizáveis os recursos naturais, a ação de um determinado homem recai, de forma desastrosa, sobre a forma de viver de outro determinado homem. Isto é, a abstração deste, como

que inserido no contexto de recursos naturais, coloca a exploração do homem pelo homem na relação direta dos níveis de desigualdade, mas principalmente de desequilíbrios, tais como Norte e Sul, I e III Mundo, Sudeste industrializado e Nordeste/Norte do Brasil, ou, especificamente, campo e cidade. São situações que exigem projetos que apontem para condições de minimização, superação e até eliminação dos conflitos explícitos. No contexto do Brasil, os níveis de desigualdade e de desequilíbrio se interpenetram junto às relações entre Negros e Brancos. E uma forma de vê-los nos interiores distintos é comparar a situação dos Negros brasileiros – conforme as relatividades – à dos imigrantes japoneses ou ao poder político da Sudene em relação ao da Fiesp.

Fala-se muito, hoje, no processo de mundialização da tecnologia e da economia, em que pese o quadro confuso pós-descongelamento da URSS e os movimentos de transformação do Leste Europeu. Entretanto, o que fundamenta o processo de mundialização é um argumento de I Mundo, de que ocorre "uma crescente integração e relativa uniformização das condições de existência das sociedades humanas e dos problemas que se devem enfrentar na administração dos recursos materiais e não materiais do **nosso planeta**". O nosso grifo ressalta que, A "la Brasil", os políticos se dirigem à população com expressões tais como "nossos trabalhadores", "minha gente", mantendo o distanciamento do senhor escravista e do provedor dos meios de produção.

A mundialização pressupõe, como não poderia deixar de ser, interdependência, que se define em função de políticas ambientais, baseadas em novas relações capital/trabalho, via pacto social coordenado pelas ações do Estado/Empresa e no fim do capitalismo. E quaisquer referências relativas a nacional: mercado, cultura, moeda etc.

As fronteiras étnicas e culturais que configuram os Estados Nacionais, facilitando as trocas e os desenvolvimentos econômicos locais, perdem o sentido na medida em que a aliança Estado/Empresa se consolida – a exemplo da constituição da Comunidade Europeia – gerando inerentes protecionismos e referenciamentos. Os teóricos do I Mundo apressam-se em justificar esta evolução, sem levar em consideração o redimensionamento do fosso entre as Nações Desenvolvidas e Não Desenvolvidas.

A crescente integração das diversas tecnologias nos espaços urbanos e rurais, os altos custos em pesquisas, induzindo à conjugação dos esforços Estado/Empresa, o ciclo vital dos produtos e a escassez relativa de pessoal qualificado são aspectos que formalizam, ante os projetos de conteúdos ambientais, a necessidade de se sistematizar a internacionalização dos níveis de cooperação. Fala-se também – de forma complementar – em duas ideias básicas e contraditórias: uma é que a utopia socialista, apesar do que resultara da Perestroika e Glasnost, não sucumbirá sem antes se encontrarem soluções que superem as dramáticas relações entre explorados e exploradores implícitas nas relações Norte/Sul; a outra ideia consiste na idealização da economia social de mercado como remédio para todos os males do planeta. Quando está mais que evidente que sua experiência socialista não deu certo, a capitalista só foi bem-sucedida em alguns países que, até então, não erradicaram a miséria, e nos quais nem sempre a Empresa exerce função social de conceber condições dignas de subsistência da força de trabalho que a revitaliza. Por este ângulo, a reestruturação da economia não implica em uma nova revolução social e cultural, mas sim na dissociação do poder econômico do poder político. Porque a mundialização da economia dar-se-á via competitividade entre grandes empresas mundiais, ou seja, EUA, Alemanha e Japão, os quais

operarão uma nova segmentação mercadológica do mundo a partir da lógica de uma possível interdependência transnacional.

A transposição desses interferênômenos à realidade brasileira salienta vários aspectos: como ocorrem e se desenvolvem os níveis de desigualdade e de desequilíbrio. Pois está mais que patente que o novo arranjo geopolítico-ideológico mundial imprime níveis de subordinação a partir da lógica da interdependência, do reconhecimento da função fundamental da tecnologia e da ciência para o desenvolvimento integrado, do chamado messianismo cibernético, cristalizando a aliança da máquina com o computador, em detrimento do crescente excedente de mão de obra disponível, sendo transformadas em desnecessárias; da alta especialização como agente mediador do presente e do futuro; do avanço tecnocientífico em si, acionado para programação, controle e manutenção dos equipamentos aplicados à nova produção. Assim, mais uma vez na história do planeta, a ideia de racionalidade, ou seja, a passagem de know-why e know-how, em nome de uma eficaz administração dos recursos naturais, acentua a contradição do homem consigo mesmo.

A possibilidade de o Brasil – de imediato – se realinhar a esta nova ordem é remota, porque este novo arrastão da tecnologia e da ciência coloca em situações distintas a mão que aciona a alavanca e a que manuseia um computador.

Há indicadores preliminares do Censo-91 apontando que quase 80% da população do Brasil vive nas cidades. Um fluxo migratório secular — do campo para a cidade — tem marcado a busca de harmonia das políticas econômicas no Brasil. A concentração excessiva da propriedade rural justifica a priorização de técnicas modernas como extensão do capital industrial. Por outro lado, as concentrações industriais no espaço urbano,

notadamente no sul do país, têm se revelado insuficientes para absorver a mão de obra barata e desqualificada, uma vez que as condições no campo parecem mínimas diante das perspectivas de se morar na cidade, trabalhar numa fábrica, sem responsabilidade com a produção e jornada de trabalho reduzida pela metade. Esta situação de desigualdade induz, de maneira direta, ao desequilíbrio e à degradação do meio ambiente, resultantes do crescimento desordenado dos grandes centros urbanos, precisamente como estão distribuídas às populações em função do preço da terra, do uso e da ocupação do solo por classe, raça e procedência regional, que são fatores que se combinam, sinalizando a densidade dos conflitos sociais no Brasil, nos quais são reveladas as várias faces dos Donos do Meio e do Ambiente.

No plano dos níveis de desigualdades e de desequilíbrio, a situação dos Negros e Pobres no Brasil encontra correspondências no processo de mundialização. As contradições étnico-culturais da hegemonia triádica – EUA, Japão e Alemanha – o surgimento do europeísmo, expandindo as fronteiras mescladas de nacionalismo, a Europa Ocidental e a desagregação do Oriente; tudo isso concebe à discussão do Negro um sentido universal que nem a Amazônia, na demarcação das reservas indígenas, possui. Isto não quer dizer que ambos os aspectos não tenham importância — os genocídios sobre Negros e Índios se equivalem, porém, guardadas as diferenças de que estes são historicamente proprietários da terra e de que os Negros foram para aqui transplantados, inclusive para substituir os Índios no trabalho forçado. O interesse econômico em torno da Amazônia deixa em segundo plano a situação miserável dos seus habitantes.

Contextualizando o Brasil no escopo básico das questões ambientais, o Negro brasileiro deve ser dimensionado do particular para o geral, e, neste espaço, os níveis de desigualdades e de desequilíbrios indicam a necessidade de implementação de políticas onde o humano se sobreponha aos recursos naturais.

Em decorrência da desconexão na forma de aplicação de investimentos entre o campo e a cidade, que é a marca das políticas econômicas brasileiras neste século, há no Brasil um déficit de 10 milhões de unidades habitacionais. Dado este que pode ser traduzido: quase 50 milhões de brasileiros moram em condições precárias; 20 milhões de meninos de rua, famintos, sem escola, marginalizados, retratam o quadro de miserabilidade do país. Sua distribuição de renda é uma das mais perversas do planeta: menos de 10% da população auferem 90% da riqueza produzida no país. A radiografia dos dados estatísticos – educação, saúde, mercado de trabalho – apresenta um quadro crítico crescente nas últimas décadas, de tal gravidade que parece ser inevitável a explosão de conflitos e conturbações sociais sem precedentes na história do Brasil. A conjugação de desemprego massivo, crise de abastecimento de produtos básicos à sobrevivência, aumento dos índices de criminalidade e ação do narcotráfico, junto com a violência policial institucionalizada e assassinatos impunes no campo e na cidade, ausência de infraestrutura básica (esgoto, água), são indicadores de que a degradação ambiental e a qualidade de vida estão numa relação direta, que os arrastões e saques já prenunciam como inevitáveis.



A Tarefa da Cor – do Campo à Cidade _____

Não é necessário muito esforço para se localizar, no passado, as causas geradoras do quadro de desigualdades sociais e econômicas do Brasil do presente. Os estudiosos mais realistas são incisivos em apontar o processo de educação, divisão e composição do patrimônio territorial como a raiz das intermitentes crises que atravessam a sociedade brasileira.

Uma espécie de estatuto, baseado no princípio da hereditariedade – ou seja, a transferência de funções em relação à propriedade e ao poder que dela resulta – não se estabelecerá tão simplesmente na concepção da superioridade racial do branco, mas principalmente na vinculação da expressão de negatividade a tudo que se referia ao negro. Assim, se determina que o negro só seria contemplado nas projeções do futuro do país por aquilo que ele fora na escravidão. Em torno dessa compreensão distorcida, se estrutura todo o tecido humano, toda a configuração de futuras classes sociais, todo o apanágio ideológico, todo o conjunto de distinções assentadas nas vinculações intrínsecas do Estado e da propriedade, todos os elementos definidores de uma complexa hierarquização composta por branco – índio – mulato – negro.

Essa sistematização, originada na relação senhor/escravo – análoga à compreensão sujeito/objeto e à noção de ser “escravo por natureza” – foi responsável diretamente pela cristalização da barbárie, pela renovação dos mecanismos de opressão e de exploração e pela criação de elementos complexos de destruição física do negro.

Na medida em que passara a ser compreendido como extensão da natureza, o espírito do parasitismo (baseado na pilhagem, na recusa e no sonho de retorno triunfal à Corte Portuguesa), do branco, imaginava que os limites impostos ao negro, reduzindo-o à condição de animal irracional, eliminariam “ad infinitum” a sua capacidade de produzir cultura. Não é por acaso que Gilberto Freyre pautará o escopo de Casa-Grande & Senzala a partir da leitura da relação raça-cultura, inspirado em seu mestre norte-americano Franz Boas. A escravidão administra de forma indistinta os reinos vegetal, mineral e animal, embora os elementos de intervenção desse todo sistêmico se situem na interdependência da relação homem-trabalhador. Para Paul Ricoeur, “o trabalho ficou, durante muito tempo, no lado dos valores ‘servis’, isto é, dos valores da escravidão, que não são valores”. É evidente que a ótica do filósofo francês é resultado de uma reflexão planetária, apesar da percepção dos teores das desigualdades esgalgadas no interior das contradições derivadas do efeito desequilibrador na ação do homem sobre a natureza: “O homem que administra a sua casa, a sua propriedade (assinala aí a origem da economia), o homem que governa a cidade (assinala aí a origem da política), não trabalha, porque não luta com a natureza, como o escravo”.

O sujeito pensa, o objeto não. Ao contrário do sujeito, o objeto é destituído de qualquer sentido de propriedade, além de si. No caso do negro, no Brasil pós-abolição, restou-lhe o corpo como expressão de força de trabalho — porém, em condições semelhantes às dos animais irracionais.

Buscava-se, assim, a fixação de controles para impedir que a passagem da natureza à cultura, dos povos negros, se efetivasse simultaneamente ao desenvolvimento político e econômico do país.

Engels, em *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, identifica como "barbárie" um estágio civilizatório em que a vida orbita em torno da domesticação e criação de animais e do cultivo de plantas. Não seria uma simplificação exagerada encontrar traços característicos da definição de Engels na gestão do regime de trabalho forçado no Brasil. Prova dessa relação absurda pode ser verificada se compararmos a forma como são usados os animais domésticos e o processo de infantilização impingido ao negro, idêntico ao homem em relação à mulher. Assim, retroceder — o negro — à natureza ou identificá-lo, por equivalência, aos meios de produção, boi ou arado, por exemplo, constata não só um traço doentio, mas a supressão do sentido de vida para outro que o contraespelha como negação. Guerreiro Ramos, com muita sabedoria, denominou esse estado ou situação de "**patologia do branco brasileiro**", na medida em que "as pessoas de pigmentação mais clara tendem a manifestar, em sua autoavaliação estética, um protesto contra si próprias, contra a sua condição étnica objetiva". Essa disfunção se prolonga do indivíduo à autoestima da sociedade, como um todo complexo e contraditório, que se recusa em grau, número e gênero.

Como já vimos, podemos estabelecer, no âmbito do projeto de embranquecimento da sociedade brasileira, várias linhas de desigualdade e desequilíbrio, a partir de como ela passou a digerir as perturbações da rejeição de si própria.

A lógica do protesto racial do branco brasileiro reside na imposição política e ideológica de sua aparente superioridade, ante os conflitos que se proliferam na sua inferioridade exterior. Expropriar do negro a possibilidade de auto-observação e tematizá-lo como questão, problema ou problemática torna-se um refinamento cruel da dominação, da irracionalidade de punir constantemente a sua própria fonte de subsistência, de levar às últimas consequências o seu projeto de extrema loucura.

A mulher branca, senhora da Casa-Grande, é advinda de um estágio civilizatório em que existem algumas efetivas conquistas sob o ponto de vista emancipacionista, tais como o direito de preservação da castidade, a monogamia, a administração da casa e a condição de herdeira legal da propriedade, no caso de morte do marido. No entanto, na estrutura da família escravocrática, no Brasil, essa mulher branca perdera a função de gestora da casa, passando a ser uma espécie de supervisora dos afazeres restritamente domésticos. Nesse momento, porém, mesmo opostamente equidistante, ela se equipara à mulher negra no que se refere à inferioridade estigmatizada em relação ao homem.

A especialização do trabalho – em desenvolvimento – vai subordinar e definir as relações interpessoais, a partir de um processo discricionário de sexo e de raça, que evolui à hierarquização social. Por esse prisma, o historiador José Júlio Chiavenato, no seu livro *O Negro no Brasil - Da Senzala à Guerra do Paraguai*, nos fornece vários formatos da crueldade e patologia que pautaram as relações mulher negra–mulher branca durante e após a escravidão.

"Em uma das casas grandes, um senhor à mesa e sua mulher eram servidos por uma mulatinha de olhos muito bonitos. O homem elogiou os olhos da mulata. No dia seguinte, a mulher ofereceu um grande jantar que encerrou com uma sobremesa especial. Em uma bandeja de prata, coberto por uma toalha de linho, ela serviu ao senhor de engenho o doce especial: ao levantar a toalha, ele viu horrorizado os dois olhos da mulata, arrancados à ponta de faca. Na crônica das barbáries da época conta-se que olhos, seios, mãos e até mesmo vaginas assadas foram à mesa de grandes senhores..."

"As brancas, porém, raramente enlouqueciam — a loucura de algumas delas era seu estado natural. Não são poucos os registros de senhoras enlouquecidas de ciúmes que mandam quebrar os dentes alvos das negras a martelo. Ou arrancá-los com os rudes alicates da época. Os dentes, aliás, exerceram uma extrema atração ciumenta nas senhoras brancas."

"Não era econômico que as negras criassem seus filhos: por isso, nos períodos em que o preço do escravo estava em baixa, os recém-nascidos eram mortos. Jogados ao chão, pisados, enterrados vivos — mortos, para não custarem nada ao senhor, nem na perda de tempo de trabalho da negra, nem no pouco alimento que o negrinho iria comer até os dezesseis anos, quando começasse a trabalhar. Algumas senhoras, mais 'racionalis', sequer admitiam que as negras engravidassem: obrigavam-nas ao aborto quando suspeitavam da gravidez. E como geralmente só suspeitavam dessa gravidez aos quatro, cinco meses, é fácil perceber a violência do aborto que se cometia. Muitas negras, sabendo do triste destino das suas 'crias', abortavam antes que fossem descobertas. Enfiavam ervas e raízes pela vagina e conseguiam expelir o feto. Algumas, que passavam despercebidas e davam à luz o negrinho, se não conseguissem

escondê-lo — o que era muito difícil —, preferiam matá-los elas próprias a oferecê-los à sanha dos algozes que viriam executar os bebês”.

“Dos 5% de negrinhos sobreviventes nem metade vai chegar aos 10 anos. Morrerão de epidemias, maus tratos, fome, abandono etc. Tudo isso era normal: o branco tinha o direito de violentar o negro. A sociedade escravagista pressupunha uma superioridade do branco sobre o negro, a religião garantia o direito moral da opressão através dos costumes mais bárbaros, culturalmente assimilados para atender à própria estrutura escravocrata”.

“Naturalmente, importa-se uma maioria de escravos homens. O resultado foi a falta quase completa de mulheres para os escravos. As negras só passaram a entrar em número pouco maior no Brasil quando as famílias senhoriais cresceram, as casas grandes exigiram mão-de-obra feminina e as cidades prosperaram. No campo, porém, fora as negras domésticas, raras eram as mulheres para os escravos. É fácil entender os problemas decorrentes desse desequilíbrio”.

“Um problema que aumenta quando o português, nos primeiros tempos, depois de faltar-se das índias — que aliás se prestaram gostosamente ao papel de mercadoria sexual — reservava as negras para si. As negras, porém, sofrem uma discriminação sexual muito maior que as índias. Alguns portugueses ainda casavam-se com as índias, com as negras, não. Isso é fácil de explicar pela cor: os filhos mulatos quebraram obviamente a barreira de classe se fossem admitidos no seio da família legal. A união sexual entre o branco era negra permitia-se quando o filho — mulato — era bastardo. Se fosse assimilado pela família, estremeceriam as relações de classe. Uma

série de leis proibia o casamento de branco com negra, mas não existe uma só indicação proibitória da prática sexual entre as duas raças. Essa situação levou 'naturalmente' a entender-se como função da negra escrava, o satisfazer as necessidades sexuais do senhor. nem sempre isentas de desvios sádicos, quase sempre orientadas por um forte sentimento de depravação. Com a escrava, submissa pela sua própria condição social, podia-se 'fazer tudo' — as negras foram usadas, abusadas e descartadas quando necessário."

"O cinismo que acompanhava esse abuso sexual contra as negras vinha acompanhado de crenças que se voltavam, sempre, contra as escravas. Gilberto Freire, que costumeiramente perdoa os excessos dos brancos, não deixa de caracterizar em Casa Grande & Senzala algumas das formas brutais da exploração sexual. '(...) O negro se sifilizou no Brasil. Um ou outro tanto viria já contaminado. A contaminação em massa verificou-se nas senzalas coloniais. A **raça inferior**, a que se atribui tudo que é handicap no brasileiro, adquiriu da **superior** o grande mal venéreo que desde os primeiros tempos de colonização nos degrada e diminui. Foram os senhores das casas grandes que contaminaram de lues as negras das senzalas. Negras tantas vezes entregues virgens, ainda molecas de doze e treze anos, a rapazes brancos já podres de sífilis das cidades'."

"A tal ponto chegou o processo de sifilização que o comércio do aluguel das amas de leite foi prejudicado.

"Para Gilberto Freyre, 'é igualmente de se supor que muita mãe negra, mãe-de-leite, tenha sido contaminada pelo menino de peito, alastrando-se também por esse meio, da casa-grande à senzala, a mancha da sífilis'."

O exercício de se imaginar as relações entre os negros – pelo exposto – no interior da senzala, durante e logo após a escravidão, conduz a conclusões exageradas, no sentido de como o efeito dessas ações se projetaram para o presente, o que torna quase imutável a situação do negro brasileiro. Um exemplo indiscutível, que comprova não haver exagero, está exemplificado no projeto para a Assembleia Constituinte de 1823, de José Bonifácio de Andrade.

"9.º – Nenhum senhor poderá vender escravo com escrava sem vender ao mesmo tempo e ao mesmo comprador, a mulher e os filhos menores de doze anos. Mesma disposição para escrava não casada e seus filhos dessa idade."

"11.º – Todo senhor que andar com escrava ou tiver dela um ou mais filhos, será forçado pela lei a dar liberdade a mãe e aos filhos e cuidar da educação destes até a idade de quinze anos."

"16.º – Antes de doze anos não poderão os escravos ser empregados em trabalhos insalubres e demasiados."

"18.º – A escrava durante a prenhez e passado o terceiro mês, não será obrigada a exercícios violentos e apurados. No oitavo só será ocupada em casa. Depois do parto terá um mês de convalescença. Passado este, por um ano não trabalhará longe da cria."

"20.º – O senhor não poderá impedir o casamento de seus escravos com mulheres livres e com escravas suas desde que se obriguem a morar com seus maridos ou estas queiram casar por livre vontade."

Estes cinco artigos, de um conjunto de trinta e um, estão situados no contexto de interesses voltados a pôr fim no tráfico negreiro e a inserir o processo de industrialização no Brasil, considerado, na época, atrasadíssimo. Embora estes cinco artigos constituíssem contradições

no corpo do projeto, que procurava mediar as relações entre senhores e escravos e dar um caráter gradual ao processo abolicionista, servem-nos para apreender, de certa maneira, o começo da nuclearização da família negra, a partir das três primeiras décadas do século passado – período em que se inicia a migração de parte das famílias escravocráticas do campo para os centros urbanos, movidas pela necessidade de educação dos filhos, que, durante muito tempo, ocorria na Europa. Este momento é marcado pelos acontecimentos históricos que culminaram com a transição do regime político, sistema econômico e forma de governo.

A gestão parasitária e subalterna da mulher branca – antes e pós-abolição – tornou inevitável que a força de trabalho da mulher negra fosse reconhecida como imprescindível, apesar da natureza de conteúdo doméstico inerente a uma divisão sexual do trabalho, triplamente discriminatória em relação à mulher branca, ao homem branco e ao homem negro.

A degradação relativa às tarefas árduas, os espaços insalubres, os ofícios penosos e intermináveis, a pré-determinada redução do tempo de vida útil, as doenças correlatas às tarefas e a humilhação onipresente a cada gesto – com o advento do trabalho livre –, revestiram-se de tal importância que conquistaram o status de “conhecimento tecnológico”: costureira, lavadeira, arrumadeira, passadeira, jardineira, bordadeira, rendeira, feirante, cozinheira, limpadora, babá e outras. Este conjunto de atividades definirá, no futuro, um escopo de categoria profissional, um sentido de classe social, uma intervenção de profundidade cultural pelas condições adversas de que se origina, acentuando, à guisa de desequilíbrio biossocial, a extrema dependência da mulher branca, a manifestação de sua cumplicidade bárbara, o pedaço nefasto de sua herança e o estado amorfo de sua contemplatividade submissa.

Neste espaço histórico reúnem-se condições objetivas que, basicamente, materializam o sentido da família negra, mas sob a égide de uma espécie de patriarcalismo da miséria. Os corpos – da negra e do negro –, estilhaçados física e psicologicamente, passam a resgatar as noções de vínculos e a recuperar os instrumentos de identidade submersos pela perversão branca. Aí se operam profundas transformações biossociais, a partir dos níveis de convivência, desejos ou aspirações de mobilidade na escala social, perda da autoestima, acréscimo da ideia de sobrevivência que resistiram a todas as adversidades durante a escravidão, a autoavaliação estética negativa, a degradação que diferencia a condição humana, as recompensas pós-morte, a identificação com a negatividade, a subordinação consentida e a patética relação com o meio físico que os regurgita.

No seio dessas contradições, a relevância do papel da mulher no processo de nuclearização da família negra ocorre paradoxalmente – as dificuldades de readaptação do homem negro à nova ordem econômica pouco diferenciavam o seu papel, que passara a mostrar a sua outra lúgubre face exterminadora. Além da tensão destrutiva do trabalho ocasional, o sentido da revolta se confunde com indolência, e o estigma da escravidão o desqualificava para o trabalho livre. O trajeto da cidadania é interrompido, e a ocupação eventual em tarefas que exigiam o maior esforço físico e menor grau de raciocínio, que sua condição de objeto lhe atribuía. Situação esta que, inexoravelmente, o tornara dependente da mulher negra.

Esta situação requer o estabelecimento, a despeito de explicação, de um inevitável paralelismo entre a mulher negra e o homem negro.

As questões políticas que precederam o fim do regime de trabalho forçado induziram os senhores de escravos, principalmente nos espaços urbanos,

a vislumbrar, nos negros, outros meios de se obter receitas alternativas. Os cronistas falam das negras ganhadeiras, que eram obrigadas a expor seus corpos à venda, a se prostituir, a vender doces e comidas ou a serem alugadas como amas de leite ou para trabalho doméstico. Tal era a dimensão dessa prática que, segundo Chiavenato, "as negras ganhadeiras chegaram a ser importante fonte de renda suplementar da aristocracia do século XIX". O principalmente da mulher. A lógica da nova ordem, sobretudo em São Paulo – onde o surto desenvolvimentista foi mais visível por várias condicionantes históricas –, nos possibilita um esboço mais palpável, que permite agudizar, de maneira mais precisa, os níveis de desequilíbrio.

A partir do fim da Segunda Guerra Mundial, a economia brasileira se moderniza, enquanto as relações sociais se agravam. Os modelos de desenvolvimento econômico são sinônimos de desequilíbrios: regionais, setoriais (educação, saúde, habitação, transporte), o aumento das migrações, principalmente nordestinas, vitimadas pelas permanentes estiagens; o aumento do desemprego, pela incapacidade de absorção do comércio e da indústria; o aumento do processo de concentração de riquezas, inversamente proporcional à distribuição de renda; e outros fatores de ordem política, que intervinham na rearticulação dos negros, em função das desvantagens implícitas, definidas pelas ideias tidas como hegemônicas na sociedade.

Criar situações favoráveis ao fratricídio – entre negros – é um dos sintomas da **patologia do branco brasileiro**. Reduzir à condição de passividade o homem negro ante o processo de miscigenação compulsória, através da violência sofrida pela mulher negra e da possibilidade de sua ascensão social via um suposto encantamento pela mulher branca, é um dos argumentos doentios que busca estabelecer profundas fronteiras nas inevitáveis relações interétnicas nesta sociedade. Afirmar que as

relações inter-raciais são determinadas pelo poder econômico, em uma sociedade movida por interesses materiais, além da perversão latente, é uma simplificação absurda, para uma situação unilateral, baseada na degradação humana, onde o sujeito encontra sentido de vida no objeto que mutila. Nesses interstícios de contraposição cultural, esgalgada no real esforço de sobrevivência limítrofe do homem negro em função dos desequilíbrios, a assimilação do machismo, absorvendo o projeto de seu próprio extermínio, talvez – no âmbito social – possa identificar níveis de equiparação do homem negro ao branco.

Se um homem Negro

Fizer uma agressão física, publicamente,

a uma mulher Branca

ELA É UMA PUTA

Se um homem Negro

Fizer uma agressão física, publicamente,

a uma mulher Japonesa

ELA É UMA PUTA

Se um homem Negro

fizer uma agressão física, publicamente,

a uma Mulher Negra

É BRIGA DE NEGROS

A identificação da mulher branca — por exemplo —, herdada do ideal grego de beleza, a fazia ser sacralizada pelo próprio homem branco. Apesar de vislumbrada como musa, como santa, para ser contemplada e reservada biologicamente para a função reprodutiva, constituía um vezo patogênico do homem branco em relação à mulher branca, no peso com que lhe é suprimida a condição do prazer e subordinada a sua sexualidade, a noção do não permitido sustentada pela moral e ética cristã e baseada na insatisfação sexual. Ao contrário, a mulher negra era observada e apreendida por um viés antropofágico (além de instrumento de reposição de mão de obra), a ser devorada, que se permitia “naturalmente” às taras e sevícias do homem branco. Este quadro abriu fendas profundas no projeto arianizador. Assim como ficara mais nítido que a ação dos brancos no Brasil não se restringiria apenas à exploração dos negros na operação produtiva, mas no seu próprio confinamento, através da capitulação a normas morais e éticas que compunham os elementos constitutivos da autoavaliação estética da sociedade. A repulsa atingira todos os campos de ação dos negros: a perseguição religiosa, isto é, da Igreja às manifestações oriundas da orixalidade, e a violência policial contra a pulsação espermática dos ritmos negros são exemplos de como se irradiaram os atos dizimadores. É a dimensão de impacto ambiental, onde dois corpos não ocupam o mesmo lugar no espaço.

As perturbações originadas dos vínculos carnavais interétnicos estabelecem um sentido de unilateralidade, em um jogo de diferenças, onde não há a mínima consciência humana do branco em relação ao negro, nem por semelhança biológica. Resume-se a uma simples relação sujeito/objeto, desprovida de prazer e de desejo, e constituída de satisfação reprimida, de ato de posse, de reciprocidade involuntária, de martírio brancolatrizado e de tortura. Pois não há um contrato (relativo a negócio) ou um desprendimento

(de mútuo consentimento) que defina permuta, sobrepondo a afeição acumulada do desequilíbrio em três nuances vertiginosas, pelas contradições que se salientam:

1. a afirmação do processo de extermínio do negro, contido na relação interétnica, onde se supõe que o embranquecimento prevalece sobre o enegrecimento, que é um argumento ideologizador, portanto difícil de comprovação;
2. o monopólio da mulher negra pelo homem negro, através do machismo;
3. a ambiguidade existencial do fruto da hibridez, oscilando geralmente entre a recusa do seu pedaço negro e o desejo de identificação **in totum** com o seu pedaço branco, que não o reconhece.

Gilberto Freyre, então, fala em depravação da mulher negra no sentido de predisposição à satisfação sexual e ao pecado, para a Igreja Católica. Mas isso não passa do nível de hipótese em si, se atentarmos que a opressão manifesta neutraliza a possibilidade da relação plena entre a mulher negra e o homem branco, uma vez que a leitura etnocêntrica deste a observa e identifica como objeto de recalcamiento sexual, desregramento moral, luxúria e ato pecaminoso. O sociólogo africano Fodé Diawara refuta essa compreensão, tentando estabelecer correspondência entre o sentido de "espiritualidade do homem branco" e a herança cultural do negro, como "uma visão unificada do homem, onde o corpo mantém uma função primordial para uma procura de vida mais plena, através de uma participação na divindade cósmica, no ciclo inesgotável do eterno regresso do tempo". O recorte de Fodé se refere basicamente à insatisfação sexual

em que se assenta o estado monogâmico patriarcal na civilização judaico-cristã, confrontada à poligamia das sociedades africanas, contextos esses em que a condição existencial que predispõe os negros ao prazer anula qualquer manifestação de culpa, porque estão sustentados por mitos cosmogônicos.

A noção de desregramento contida no corpo negro, para o branco, justificaria, por si, o desenvolvimento de procedimentos de perversão que não se limitam à exploração econômica, mas buscam reconhecer nesses atos elementos de desinibição sexual, e aí se elabora o modelo da preconceção do sentido de superioridade localizado na origem do prostituinte. O corte de diferenciamento que Cruz e Souza captara: "Branco, o homem branco, o europeu, o cristianismo, a virtude, mas também a esterilidade, o frio, a neve mortífera. O negro, o africano, a luxúria, o pecado, fetichismo, mas também a vida, a fecundação, a força criadora – a dor. Antítese que se encontra nos dois crucifixos: o de marfim, crucifixo luminoso, o Cristo da salvação, e o de bronze, o crucifixo obscuro, o Cristo do pecado."

Entretanto, por outro lado, houve a orientação política e social do sistema colonial, que incentivava as relações de mestiçagem entre o homem branco e as índias, pelos interesses voltados para o povoamento rápido e a ocupação territorial do país. Capistrano de Abreu, citado por Gilberto Freyre, se referia a este fato alegando a deificação dos índios pela raça "superior" e de uma compreensão cultural valorizada, legislando e estimulando o estabelecimento de parentesco com o branco pelo lado paterno. O que não ocorria na relação do homem branco com a mulher negra, onde o peso da espada patriarcal recaía sobre sua cabeça. E a possibilidade de conhecimento do filho traumático se reverteria em auto-repulsão pelo papel ambíguo que este viria a assumir no contexto social.

Gilberto Freyre também fala na predisposição do negro para o masoquismo e autoflagelo, e exalta o português como um colonizador por excelência, e que seu sucesso indiscutível como "agente civilizador" nos trópicos residia justamente no seu despojamento de macho empreendedor da democracia racial brasileira, através do sadismo. A generosidade de Gilberto Freyre em perceber o português como fato histórico omite o negro como um fato da natureza. Muitos foram os negros que preferiram o suicídio ou a morte lenta provocada pelo banzo — a saudade da África —, no intenso desequilíbrio ambiental que constituiu a escravidão.

O genocídio do negro no Brasil evolui da escravidão, passando por anomalias biossociais, até a eliminação física de múltiplas formas. A sociologia verificacionista, movida por uma consciência cheia de remorsos, tem sido incapaz de interpretar ou recompor, no olhar do homem negro, a violência sobre a mulher negra, da mais profunda expressão de ancestralidade às vísceras do cotidiano: a avó, a mãe, as irmãs, mulher, filhas e filhos, penetradas pela mulher branca e pelo homem branco; a impune normalidade deste ato; os tipos de constrangimentos, quebras de laços e ampliação do abandono e do sentido de insignificação vital gerados na senzala, quando do nascimento de mais um fruto do estupro (prática esta que se constitui na representação sônica de todas as relações entre negros e brancos neste país); a separação compulsória dos corpos por grades e espaço geográfico; o desequilíbrio sádico de uma divisão sexual de cinco homens negros para uma mulher negra; a imposição de crenças via algemas cerebrais; a disposição para o suicídio ou nulidade; a desqualificação existencial como princípio vital; a emoção transgressora como expressão de autopenitência; o peso do processo miscigenador como uma sombra pesada se projetando para o futuro; o combate ao inimigo do qual se faz parte; os procedimentos da auto-repulsão no autoflagelo solipsista; a identificação com o "eu profundo"; a incorporação do fratricídio e do matricídio.



Reintrodução à Realidade do Negro Brasileiro

“O mundo moderno é complexo, variado, dinâmico, abundante em tendências antagônicas e cheio de contradições. É o mundo das alternativas, preocupações e esperanças mais complexas. Nunca antes nossa casa terrestre foi submetida a tais sobrecargas políticas e físicas. Nunca o homem tirou tanto da natureza e nunca se viu tão vulnerável perante a potência que ele mesmo criou.”

(Mikhail Gorbachev)

Uma síntese exata do significado – à guisa de conjuntura – das relações Norte/Sul para os países desenvolvidos, extraímos de uma recente entrevista do cientista James Lovelock, concedida ao jornal inglês *The Guardian*, transcrita pela *World Media na Folha de São Paulo*, em dezembro de 1991. O criador da “hipótese Gaia”, demonstrando a sua preocupação com a ameaça de destruição de habitats naturais, principalmente as florestas tropicais, assinala:

"Um sistema de satélites não muito caro, para manter o mundo monitorado, tem enorme potencial. Um bilhão de pessoas vivem nos trópicos e, mantido o atual ritmo de devastadores, as florestas poderão ser extintas em 2010. Quem alimentará essas pessoas? Como abrigar os refugiados?..."

Diante destas duas interrogações, não há como disfarçar que as mudanças apregoadas não se estenderão à essência das relações vida/ambiente como um único sistema neste planeta. A condição de refugiados, que Lovelock assinala, refere-se ao desequilíbrio do crescimento populacional inversamente proporcional à produção de alimentos, o que revela os intentos encobertos pelos países desenvolvidos sobre a tão decantada cooperação Norte/Sul — principalmente no que tange à orientação dos projetos tecnocientíficos e ao esboço "democratizante" de uma proposta de nova ordem econômica internacional. Ou seja, as soluções globais não alcançaram as periferias embebidas de pobreza.

A proposta de reorganização do planeta, em bases formuladas a partir de uma nova teoria do conhecimento, não buscará estabelecer a equivalência dos equipamentos técnicos dos grupos sociais distintos, mas sim evidenciar ao extremo essas diferenças. Então, as relações Norte/Sul nascem hierarquizadas, como contextualiza o sociólogo africano Fodé Diawara:

"Assim, porque pertence ao mundo vivo, o homem concede a este mais importância que ao mundo mineral. E sempre pela mesma razão, classifica o reino animal antes do reino vegetal. No reino mineral, classificou os elementos segundo uma ordem de importância correspondente às suas necessidades: por exemplo, o ouro vem antes da prata, que passa à frente do bronze, etc. Hoje o papel da arma nuclear na estratégia militar tende a dar ao urânio uma importância absoluta".

*"O homem branco não se contentou em dispor por grupos, espécies, famílias, gêneros diferentes, os milhões de seres vivos do reino animal e do reino vegetal. Hierarquizar estes grupos, espécies, famílias, gêneros etc. Os vertebrados estão primeiro que os invertebrados, as angiospérmicas antes das gimnospérmicas, o reino aquático é considerado inferior ao reino terrestre, os animais de sangue frio vêm classificados abaixo dos animais de sangue quente, os mamíferos acima das aves, estas acima dos répteis e assim sucessivamente. O universo terrestre é uma vasta perspectiva, no cimo da qual **está colocado o homem branco**; os elementos, as espécies, menos interessantes para ele, dele menos conhecidas, menos perigosas, reinam, no horizonte distante desta perspectiva."*

Esta nova racionalidade pauta-se em uma divisão entre os homens: aqueles que têm o poder de programar a máquina e aqueles que são/ serão substituídos pela máquina. Se não há equivalência funcional na relação vida/ambiente, entre a mão que aciona a alavanca e a que aperta o botão de um computador, ficará no plano da idealização idílica a ideia de se quebrar a lógica da luta do homem contra o homem e da minimização da miséria com que a panaceia da economia social de mercado acena. É evidente que a ciência e a tecnologia, nessa empreitada, perdem a sua neutralidade, adquirindo um estatuto de sacralização. Por este ângulo, os benefícios da nova ordem não são miraculosos para o homem-trabalhador.

Dar um conteúdo de ação indiscriminada às políticas de desenvolvimento e reumanização de planejamento não requer da noção de equilíbrio ou auto-sustentação o processamento de uma inversão axial, na **disposição paradoxal** entre **países potencializados** em recursos naturais, mas que vivem mergulhados na mais completa miséria, e aqueles em que a ação da exploração generalizada e desordenada do progresso tecnocientífico

resultou na degradação ambiental e na imposição de uma escala discricionária da qualidade de vida.

A situação do Negro Brasileiro, neste contexto, se universaliza, uma vez que o fenômeno do racismo – hoje visceralmente atrelado ao ressurgimento de nacionalismos xenófobos – não é uma particularidade local. A manifestação de sua renovação metodológica é contínua e, em algumas situações específicas, chega a transparecer um **estado de insuperabilidade**.

Os seus meneios se encontram nos EUA, na Europa e, de maneira mais cruel, pela contradição em si, na África, onde o processo de descolonização ainda não foi erradicado, e sua irradiação letal é consequência do quadro de miséria crônica em que se encontram os Negros e Pobres do continente.

Grandes estiagens e problemas climatológicos decorrentes da ação devastadora da colonização (do passado e do presente), economias atrofiadas, subnutrição, altos índices de mortalidade infantil e de esterilização de mulheres, a AIDS em nível de epidemia – tudo isso faz com que, na África, o homem e os animais disputem os mesmos meios de subsistência.

Neste âmbito, o que norteará o processo de formulação de políticas vinculadas ao Negro Brasileiro, sobre as questões de desenvolvimento e meio ambiente, será o movimento em sentido contrário à indiferença de negrólogos e negrófobos e à compleição ideológica da sociedade, posicionando-o como **sujeito em processo permanente de transformação**, em busca de consolidação como espécie humana.

Sob o ponto de vista dos países desenvolvidos, a compreensão de desequilíbrio não se limita apenas à readequação das necessidades e dos recursos naturais, baseada no multidiferenciamento cultural e na realidade social de cada país, imprimindo para si o seu distinto modelo e ritmo de

desenvolvimento, e estipulando, a partir daí, as condições objetivas de uma possível cooperação Norte/Sul.

Como o atraso social em estado crônico se **elastece** na mesma proporção da dependência econômica, com o escopo voraz das **dívidas** externas dos países não desenvolvidos, a situação de contraponto e o sentido cooperativo deixam de existir diante da dinâmica da lógica do lucro, a mover-se acionando, de modo ininterrupto, a interpretação dos fatores de desequilíbrio e de desigualdade, através de um processo de retroalimentação (onde a miséria de uma maioria se distancia, simetricamente oposta ao enriquecimento de uma minoria) constante e ampliada.

No caso do Brasil, esta noção de distância em movimento processa a hierarquização das relações de vida/meio ambiente. Políticas econômicas setorializadas, concentradas historicamente no Sudeste do país, impedem a construção de um critério de aproveitamento de recursos naturais e de aplicação de investimentos que conceda um padrão para um modelo de desenvolvimento indiscriminado. Observa-se, por exemplo, de forma insofismável, que, ao mesmo tempo em que São Paulo procede à descentralização de seu polo industrial, tornando-se um centro de comércio e serviços altamente especializados e de gerenciamento modernizante, continua a catalisar os movimentos migratórios de outras regiões do país, sobretudo agrícolas, onde os efeitos perversos dos influxos tecnológicos reduzem a participação dos trabalhadores rurais, conduzindo-os à marginalização urbana.

O mito da ciência e da tecnologia, empenhadas em desenvolver instrumentos redutores das atividades perigosas, danosas, nocivas e fatigantes, expõe suas fraturas e cai por terra quando a relação entre os

meios de sobrevivência e o risco de vida revela o conflito entre a prática e a teoria, e ratifica a inexistência de neutralidade e indiferença política. Estes aspectos, combinados a outros, em dimensões micro e/ou macropolíticas, são definidores do estado de vulnerabilidade progressiva da relação vida/meio ambiente para Negros e Pobres no Brasil.

- Uma estrutura político-ideológica secular inibe a afirmação do Negro como sujeito político em permanente processo de transformação, em direção à equiparação política, social e econômica na sociedade brasileira.
- A sobreposição, haja vista o requinte de sadismo e aparente indiferença política das elites brasileiras, da ideia de integração social à de integração irreversível à vida.
- A integração à vida a partir da referência de consolidação do Negro Brasileiro como espécie humana.
- A sinalização da especificidade universalizante do Negro Brasileiro como forma de identificação com a situação social do Negro na Europa, América e África, como questões fundamentais a qualquer projeto de paz mundial.
- O reconhecimento internacional da sua condição de credor social, do Negro Brasileiro, e a sua vulnerabilidade diante do processo de genocídio institucionalizado existente no Brasil.



Argumentos para Políticas

1

Afirmar, hoje, que a Constituição do Brasil é conservadora, em que pese o conjunto de contradições que a elaboraram, requer uma reflexão mais profunda do que o caráter moderno que a formularam. Sinalizar a distância entre o texto magno e a realidade que ele busca disciplinar demonstra a persistência com que o surrealismo povoa o fazer político neste país, na medida em que possibilita discorrer sobre os efeitos e os distanciamentos produzidos pela diferença exposta no divórcio da prática e da teoria.

Isto, dentro de uma situação de autofagia crônica, simboliza e fixa a imagem arbitrária do Estado Brasileiro – sob quaisquer características políticas e ideológicas de quaisquer tipos de governo – em uma situação apática, sem compreensão palpável.

A dimensão teórica celebra um Estado Democrático de Direito (e não de direito democrático), que fundamenta a Constituição da República Federativa do Brasil. Não se trata, de forma alguma, de uma digressão no

plano de um projeto imaginativo, mas sim de um sentido e de um caráter de modernidade que busca delinear o processo de construção de uma sociedade voltada para a justiça social. Porém, que até então não revelou uma verdadeira condição de autotransformação, baseada no mínimo de mútua responsabilidade entre aquele que exerce a plena cidadania (ou seja, o homem branco e rico como administrador por excelência de um **estado de exceção**) e aquele que a tem incompleta (as mulheres negras, brancas, amarelas e índias).

Este paradoxo, sem referência precisa, está se traduzindo no Brasil na história da relação **legitimidade/representatividade**, configurada pelo espectro autoritário e parasitário das seculares elites brasileiras, a reger os espaços da vida deste país, onde a idealização idílica do sentido de coletividade mostra-se corroída pela expressão, à maneira como funcionam as instituições que a própria Constituição redundantemente constitui — como se **dois e dois fossem cinco**.

Essas contradições se reverberam pelos abismos arreganhados do escopo teórico, que não encontra correspondência precípua na realidade, ao mesmo tempo em que se aspira (sem procurar extrair das raízes mais profundas da história sociopolítica e cultural deste país) explicações capazes de contribuir para medidas de impacto social, realmente voltadas à erradicação da miséria que se avoluma ante o anacronismo e a indiferença política. A exemplo do que significa a adoção de um Estado e de um sistema econômico baseado em pressupostos indefinidos do que venha a ser um Estado socioliberal no Brasil, com o esplendor da livre concorrência de mercado e o dinamismo de uma múltipla competitividade comercial e industrial. A partir, inclusive, do ato de pôr em prática um processo de privatização das empresas públicas, que contradiz as noções básicas dos direitos garantidos pela Carta, no seu Capítulo II, art. 60: "São direitos sociais

a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a Previdência Social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados."

Este capítulo coloca, por natureza, a grande maioria do povo brasileiro na contramão dos Princípios, dos Direitos e das Garantias Fundamentais, que rezam sobre cidadania, soberania nacional, dignidade da pessoa humana, direitos e obrigações iguais para homens e mulheres, pluralismo político e dimensão social da propriedade. Estas distorções acentuadas entre direitos e deveres refletem outras, determinadas a partir dos interesses de classe ocultos, onde a dominação econômica se expande a todos os setores vitais da sociedade.

Exemplo dessas dissonâncias está não só no processo de privatização das empresas públicas, como salientamos, mas na reforma do sistema de aposentadoria — que se assemelha à Lei dos Sexagenários —, na cumplicidade com a violência sobre as crianças e na situação falimentar dos sistemas de saúde, habitação e educação, que são elementos constitutivos da situação de pobreza massiva do país. Fatos estes que regurgitam as vontades políticas coletivas expressas na Carta.

Aos efeitos nocivos desses elementos assoma-se o papel regulador do Estado, que se desmorona de dentro para fora e vice-versa, em moto-contínuo. A começar pela defesa da propriedade, inclusive aquela sem função social, que é historicamente usada para a aceleração dos processos vampirísticos de concentração de riqueza e poder de uma minoria, assegurada pelo princípio da hereditariedade, explícito no empenho demonstrado em sucatear o parque industrial de São Paulo, em função da modernização tecnológica da agricultura em regiões com excesso de mão de obra disponível, dando ênfase a uma contradição dentro de outra contradição, sem parâmetros, pelo design genocida que se esboça.

Ou, mais grave ainda, quando o governo brasileiro silencia no plano internacional ante as pressões dos portugueses, tenta romper o acordo de dupla nacionalidade; ou o fato de o líder fascista francês Jean-Marie Le Pen estimular a Comunidade Europeia a impedir o acesso de brasileiros à Europa.

O sentido trágico do desenvolvimento, de que nos fala Marshall Berman, comparando-o a um movimento irreversivelmente circular – criação/destruição –, que supostamente se define como modernidade, parece espelhar a Constituição Brasileira, como algo que precede algo que deveria ser precedido. Para o advogado Antonio Carlos Arruda, do SOS Racismo/Geledés – Instituto da Mulher Negra, a Carta Magna brasileira “configura um projeto no sentido lato de um objetivo a ser alcançado”, uma vez que, em aspecto fenomenal, “não cristaliza um processo de normalização de deveres e direitos necessários à plena cidadania no Brasil, e isso exige uma luta por uma consciência jurídica que refere iguais direitos de opções para todos”, indiscriminadamente.

2 O compromisso de todos os setores ideológicos, ou não, da sociedade – das centrais sindicais à Fiesp -- deve se dar através de ações concretas em políticas públicas e privadas que efetivem a inserção irreversível do negro brasileiro à vida:

- Acesso ao sistema produtivo como conquista da condição de trabalhador e consumidor;
- Exercício de plena cidadania que se destine, no tempo e no espaço, a se movimentar com iguais direitos e opções político-existenciais no Brasil e no mundo.

3

A necessidade de projetos de remodelação da estrutura educacional no Brasil, democratizando os meios e os instrumentos pedagógicos, a partir de um processo de **educação de fundo**, fundamentada na relação vida/meio ambiente, imprimindo uma revisão profunda nos métodos formais caquéticos e na igualdade de raça, procedência natural, sexo e religião. E na compreensão da educação como um fator multiplicador de mobilidade social e de conquista da cidadania.

- Ampliação do número de vagas nos cursos primários e básicos, pois a excessiva proletarização das classes médias da sociedade brasileira originou o afluxo de alunos dos estabelecimentos de ensino particular para os de ensino público, caracterizando uma situação de extrema desigualdade em relação aos espaços restritos e precários ocupados historicamente por negros e pobres no Brasil.
- Neste sentido, há necessidade de se criar instrumentos normativos que processem a regulação mediadora desta situação, acrescida do fenômeno da evasão desenfreada, diretamente relacionada com a luta pela sobrevivência em idade precoce e a iminente marginalização social, além de medidas que garantam acesso e permanência indiscriminada a todos os níveis de ensino.
- A ideia de retorno social – traduzida em ações voltadas para transformações estruturais da sociedade, articulada à condição material revelada na relação distribuição de renda/renda familiar, como parâmetros definidores de critério de acesso ao ensino público. Neste sentido, torna-se importante um alinhamento a partir de um contraprojeto para refrear os impulsos de privatização do ensino no Brasil.

4

Os meios de comunicação no Brasil dão a exata dimensão do sentido micropolítico da degradação ambiental. A forma como o negro é veiculado na televisão brasileira demonstra um desequilíbrio, inclusive pela forma como a realidade é distorcida em função do ideal de embranquecimento das elites brasileiras. O negro não se reconhece, não pensa, não tem vínculo histórico, não tem projeto político e não tem dimensão existencial. A relativização com a realidade geralmente o situa em funções caricatas e subservientes, e sem extensão familiar. Outro recurso bastante utilizado é situá-lo no espaço agropastoril, circunscrito ainda ao peso da escravidão.

- Ampliação do debate em torno da democratização dos meios de comunicação, como expressão de desequilíbrio das relações humanas com o meio ambiente.
- Elaboração de anteprojeto para subsidiar os debates sobre a reforma constitucional de 1992, com o objetivo de criminalizar os processos de deformação da imagem, da invisibilidade programada e da forma inconstitucional como os meios de comunicação desrespeitam as manifestações religiosas e culturais negras.
- No mesmo âmbito, aprofundar a discussão no que concerne a medidas legais, definindo critérios de concessão para emissoras radiofônicas e televisivas, em função dos interesses reais de todos os setores da sociedade.
- A redução gradual, mas sistemática, do monopólio da informação baseado no poder econômico (na veiculação de sua leitura ideológica) como controle da liberdade de expressão.

5 Este trabalho tem repetido, com veemência, o caráter indissolúvel das relações: miséria/degradação ambiental & vida/meio ambiente, situando o negro brasileiro como sujeito político neste contexto. Um levantamento cartográfico da miséria no Brasil, se possível, localizará a maioria da população negra do país sobrevivendo às adversidades impostas pelos vários processos de deterioração do meio ambiente, no campo e na cidade; da casa ou **espaço onde se habita ao modo de transporte precário**, sem **segurança veicular e com iminente risco de vida**, que conduz ao trabalho ou **forma de sobrevivência**, que define toda a situação material do negro, relativizada pela perspectiva e **tempo útil de vida**.

- Desenvolvimento de projetos voltados à integração ao mercado de trabalho das populações que habitam em beiras de córregos, fundos de vales, palafitas, favelas, ruas e lixões, através de empreendimentos de mútuos interesses: público/privado e científico/tecnológico.
- Desenvolvimento de projetos interdisciplinares às políticas de assentamentos humanos, incorporando aos programas de restauração e preservação ambiental, nesses espaços, as suas populações, como agentes mantenedores do meio ambiente.
- Desenvolvimento de projetos associados à adequação das indústrias ao processo de remodelação do sistema produtivo, através de pesquisas e produção de equipamentos técnicos voltados à aplicação nos assentamentos humanos em áreas de risco e de degradação ambiental.

- Desenvolvimento de projetos de profissionalização dessas populações como agentes de fiscalização e manutenção do meio ambiente, induzindo à diversificação das atividades à especificidade local, onde ocorre cada intervenção.
- Desenvolvimento de projetos alternativos, baseados na mediação entre a integração da mão de obra disponível em relação a investimentos em equipamentos tecnológicos.
- Desenvolvimento de estudos para subsidiar dispositivos legais que concebam, além do vínculo empregatício dessas populações, a elaboração de projetos que possibilitem a autogestão econômico-financeira.
- Desenvolvimento de estudos que resultem na criação de cooperativas, centros de pesquisa, escolas e universidades para elaboração de projetos de industrialização e comercialização de fertilizantes; reciclagem de lixo industrial e doméstico; construção, via processos alternativos, de subsistemas de abastecimento de água e tratamento de esgoto; saúde, no que consiste o sanitarismo, como meio de erradicação de doenças; habitação e urbanismo, no que concerne à adequação dessas populações ao meio físico, com indiscutível qualidade de vida.

6

O processo de privatização de empresas e serviços públicos, à moda da economia social de mercado, e o apelo à modernização das relações capital/trabalho são fatores que podem ampliar a rede de obstáculos para a inserção do negro no mercado de trabalho. O projeto de aposentadoria do governo é uma réplica, com menor agravamento, da Lei dos Sexagenários, que concedera alforria aos negros aos 60 anos de idade. Esta comparação secular evidencia, de certa maneira, a situação do negro brasileiro, na medida em que são poucos os negros que alcançam a condição de aposentados, assim como os critérios baseados no nível de formação acadêmica reduzem o acesso dos negros ao serviço público.

- Elaboração de programas junto às centrais sindicais, organismos voltados aos direitos humanos e órgãos representativos da iniciativa privada para uma valorização do sentido humano do trabalho.
- Eliminar o projeto de atrofia e limite do ensino profissionalizante como expressão de determinação de imobilismo social.
- Estabelecer medidas normativas para refrear a ação lucrativa e desumana da robótica.
- Repensar o sistema de aposentadoria em função do tempo de serviço, tipo e natureza de cada atividade profissional.
- Aprofundar a discussão para a criação de dispositivos legais que controlem os processos desenfreados de masculinização massiva, pela via empresarial, de atividades habitualmente realizadas por mulheres.

7

- Participar em todos os espaços da sociedade brasileira, no sentido de recuperar um índice salarial conforme o nível de risco ou danos físicos generalizados que repercutem na redução da expectativa de vida e da força de trabalho.
- Aprofundar a discussão quanto à profissionalização e/ou exploração de menores, bem como os tipos de ocupações desenvolvidas.

É uma redundância afirmar que o Brasil é um país doente. Esta afirmação torna-se mais cruel quando a referência são negros e pobres deste país. E que a erradicação da pobreza não se restringe apenas a uma operação cirúrgica ou a uma campanha imunizadora, mas é uma medida de agudas transformações sociais.

Extensos surtos epidêmicos e endêmicos cíclicos coincidem com a própria história do Brasil. Um conjunto de moléstias correlatas à subnutrição, à ausência de estruturas sanitárias, às condições insalubres dos locais de trabalho, às tarefas danosas, às condições precárias de habitação e à deterioração dos modos de transporte coletivo constituem fatores de mortalidade. A vulnerabilidade do estado da saúde nacional está ligada às formas de exploração da força de trabalho.

Dados do Ministério da Saúde de 1987 indicavam que a subnutrição atingia, então, 40 milhões de pessoas; a Doença de Chagas atingia entre 6 e 8 milhões; a esquistossomose, entre 5 e 8 milhões. As doenças diarreicas atingiam milhões de crianças e eram responsáveis por 40% da mortalidade infantil, principalmente nas regiões mais pobres. O diagnóstico fúnebre arrolava ainda taxas crescentes de doenças consideradas evitáveis por imunização ocupacional ou profissional, além de acidentes de trabalho – área em que o Brasil é um dos recordistas mundiais.

Data de 1949, no governo Dutra, o primeiro plano governamental do Brasil, o SALTE: saúde, alimentação, transporte e energia, cuja hierarquização das prioridades é reveladora do atraso social do país, em contraponto ao impulso desenvolvimentista da industrialização e à urbanização desordenada, consubstanciando o aspecto doentio do Brasil. Os efeitos das contradições capital/trabalho e a perda do poder aquisitivo das massas trabalhadoras se ampliam numa progressão geométrica, relativa à distribuição de renda em relação à concentração de riqueza de uma minoria da população — fatores que realimentam as causas em um plano moto-contínuo.

A tutela do Estado sobre o sistema de saúde nacional, via acesso universal, foi progressivamente desgastando-o, ao ponto de determinar a sua fragmentação:

1. a iniciativa privada, encobrindo o caráter real e perverso da manutenção dos empregados como se fossem máquinas, através de atendimentos particularizados – como um esboço de assistencialismo social, mas que, na verdade, objetiva o lucro;
2. a proliferação dos institutos de categorias profissionais;
3. a gradual privatização da saúde, diferenciando o tratamento, dando-lhe um suporte de mercadoria de difícil acesso;
4. a estrutura esquelética da saúde pública, restrita a velhos, crianças e mulheres, ou seja, à população conceituada economicamente como "passiva".

Embora a atual Constituição conceba a saúde como um dever do Estado e um direito do cidadão, o espírito neoliberalista do Estado do bem-estar do governo Collor, contraditoriamente, estimula a mercantilização, de forma a atenuar e agravar a situação falimentar da saúde pública. Os dados de 1987, já citados, são impressionantes: o número de estabelecimentos de saúde pública no Brasil era de 16.131, em relação a 9.519 privados – ou seja, 37% e 63% do total de 25.650.

Entretanto, no que se refere à qualidade do atendimento médico-hospitalar, ressalta-se o desequilíbrio entre essas duas naturezas da rede, se compararmos os números relativos a equipamentos. Enquanto a saúde pública dispunha de 116.573 leitos, a privada era da ordem de 356.528 — isto é, 75% a mais. Evidentemente, esses índices evoluíram negativamente. Assim, contextualizar negros e pobres neste quadro não se resume apenas a identificar os doentes, mas os que não têm acesso à saúde. Este é mais um viés do genocídio institucionalizado, com todas as doenças naturais e artificiais convergindo para determinados segmentos sexuais e étnico-culturais.

O governo brasileiro mantém vínculos com organismos internacionais das grandes potências econômicas mundiais, empenhadas no projeto de pôr freios e estabelecer controles efetivos à iminente explosão demográfica prevista para o século XXI. Atitudes científicas, neste sentido, estão encobertas por adereços ambientalistas e serão bem visíveis na Rio 92.

Para a psicóloga Edna Roland, do Geledés — Instituto da Mulher Negra —, a questão da saúde nacional encontra correspondência em toda a América Latina. E, no que concerne à condição específica da mulher negra, situada como “mosca” do alvo das políticas no conceito de populações supérfluas, o argumento de genocídio celebrado pelo Movimento Negro do Brasil

não é suficiente para se analisar o fenômeno à flor da pele das variadas expressões das lutas emancipacionistas da mulher no mundo.

Há que se ponderar as particularidades das formas de luta e conquistas diferenciadas, pois há países em que efetivamente o processo de emancipação da mulher lhe concede uma relativa condição de equiparação ao homem no mercado de trabalho, gerando, com esta independência, transformações estruturais, porque este formato libertário foi obtido através de processos sociais deveras transformadores – quanto a profundas mudanças de comportamento, reajustes da ética e da moral, e revisão da religiosidade – instalando um novo direito e uma nova mudança de rota para as relações humanas.

- O conceito discricionário de população economicamente ativa lentamente vem se desidealizando ante o argumento transformado em evidência do que é a opressão e a exploração dupla ou tripla da mulher.
- Embora mais de 1/3 das mulheres – conforme dados da Organização Internacional do Trabalho – componham a força de trabalho do mundo, esses números evoluem com maior intensidade nos países subdesenvolvidos.
- As contradições de classe, raça e sexo, que determinam as situações diferenciadas das condições de vida no Brasil, como já constatamos exaustivamente, reproduzem as relações distorcidas entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos – fenômeno este que impede a criação de unidade orgânica e universal às políticas de planejamento familiar, pelas peculiaridades implícitas de cada nação e segmentos sociais que situam a mulher dentro de cada grupo.

- A condição econômica relativiza o acesso à informação e incentiva a atrofia social, inibindo que o controle da fertilidade e o próprio planejamento familiar ocorram através de métodos inofensivos.
- Os baixos níveis educacionais correlatos à condição de país subdesenvolvido tornam as populações femininas mais vulneráveis e potencialmente vítimas das políticas de esterilização promovidas pelos países desenvolvidos, aplicadas com a cumplicidade dos próprios governos.
- Esta situação torna-se mais crítica ainda em economias recessivas, onde a luta pela sobrevivência pressiona a migração dos homens, dos centros mais atrasados para os mais desenvolvidos, onde há uma suposta possibilidade de empregos.
- Este fenômeno não acentua o número de mulheres trabalhando além da jornada doméstica, mas evidencia uma excessiva transferência de responsabilidade do homem para a mulher, gerando fatores de distorção no âmbito da família.

Verifica-se, então, que, conforme as condições socioeconômicas de cada país, a ideia do direito consuetudinário — que garante a sustentação, por parte do homem, da mulher e da família — passa por readaptações. À guisa deste fato, a professora negra da Libéria, Thélma Awori, efetua impressionante recorte sobre a relação homem negro/mulher negra na África. Segundo Thélma, "nas sociedades africanas, o pai teve um papel muito importante: foi por ele que uma mulher e seus filhos se integraram ao grupo e nele adquiriram direitos".

Esta digressão, baseada em específico espaço cultural, revela, por comparação, a situação mais degradada dos negros brasileiros, pois o fato concreto de não dispor de propriedade (o que os diferencia visceralmente

dos índios) obstrui a possibilidade real da mulher negra pleitear a sua equiparação ao homem negro. Já a miséria os enlaça antropofagicamente, porém os distingue em função das coisas materiais que a simples condição de homem assegura.

Desta maneira, questões tais como planejamento familiar, direitos reprodutivos e equidade no mercado de trabalho requerem conceder às políticas um caráter substantivo, partindo da reconstrução do papel do homem negro no Brasil como ator diferenciado e diferenciador no processo de transformação social.

8

Busca-se, no Brasil, uma distinta compreensão de Cultura Negra, ou seja, reduzi-la às manifestações artísticas ou folclóricas, circunscrevendo-a aos conflitos oriundos da idealização eurocentrista de suas elites. Para a etnofilosofia desenvolvida pela universidade, trata-se de um epifenômeno, uma expressão secundária, um "simples reflexo, sem influência sobre os fatos, de pensamento e de conduta".

Assim como a questão política, a especificidade universalizante da Cultura Negra, embora empreste para este país o traço fundamental de sua identidade para o mundo, enfrenta a permanente contraposição das elites — no sentido de extirpá-la do seio da sociedade, como se fosse um tumor, de suprimir-lhe o teor libertário e transformador —, perplexas diante da explosão criativa do conjunto de formas de sobrevivência que sustenta os negros brasileiros.

Entretanto, a participação indiscutível do negro no processo de formação desta sociedade e o grau de sua dependência econômica e cultural em relação aos países desenvolvidos – da Inglaterra, passando pela França até os Estados Unidos –, que têm monitorado todo o seu processo de crescimento, salienta o papel do negro como credor social de dimensão internacional. E, por este ângulo, a compreensão da Cultura Negra reflete uma inversão de eixo à revelia dos cânones acadêmicos, contrapondo uma definição de Cultura Negra no Brasil como expressão da força de trabalho negra (a partir da importância geopolítica do Brasil em relação ao mundo) em quaisquer campos da atividade humana.

- Dimensionar um projeto de reterritorialização político-cultural do negro brasileiro, baseado na composição multicultural do país.
- Aprofundar o conteúdo de natureza interdisciplinar deste projeto, através de medidas efetivas que eliminem quaisquer formas de discriminação e preconceitos de raça, sexo e religião.
- Estabelecer novas formas de participação social a partir de um realinhamento político, voltado a um processo de democratização da riqueza nacional, fundamentado em um amplo critério de planejamento e desenvolvimento indiscriminado.
- Ampliar as formas organizativas do negro brasileiro — do indivíduo à família, desta a uma dimensão de nação —, situando-o no tempo e no espaço com iguais direitos de opções e concreta equiparação diante dos meios de desenvolvimento, de ações e de pensamento.

- Compor linhas de investigação tecnopolíticas que resultem em projetos inerentes às reformas urbana e agrária, voltadas à redistribuição das heranças seculares e das **propriedades** públicas, a partir de um critério universal de retorno social.
- Reconceituar as noções de território e memória, no sentido de toda compreensão de racionalização, sobrepondo a expressão inócua de comunidade.
- Tornar a celebração dos três séculos da morte de Zumbi dos Palmares, em 20 de novembro de 1995, o Ano Internacional do Negro Brasileiro, a ser referendado pela ONU.
- Desenvolver projetos para manifestações políticas e culturais, no sentido de que seja decretado feriado nacional o dia 20 de novembro, celebrando a Consciência Negra Brasileira.
- Realizar, durante o ano de 1995, um conjunto de eventos internacionais para se discutir as relações do racismo com o meio ambiente e as aporias para a paz mundial.
- Desenvolver projetos no âmbito do processo de renacionalidade do negro brasileiro, voltados para a preservação e reurbanização de espaços socioculturais de origem negra, ameaçados pela especulação imobiliária nas áreas urbanas e pela violência institucionalizada no campo, através de ações dos poderes públicos e privados.
- Regulamentar a posse predial e territorial, através de tombamento ou processo similar, de clubes, terreiros de candomblé, umbanda e voduns; campos de várzea, etc.

- Tombar quilombos rurais através da implantação de colônias e universidades agrícolas, redimensionadas a partir de projetos ambientalistas.
- Identificar, no contexto das políticas sobre drogas, a necessidade de preservar, como aspectos vitais à identidade de negros e índios, a parte ritualística de determinadas atividades culturais.

Bibliografia



ANDRADE, Oswald de. **Do Pau-Brasil às Utopias**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

AUTORES, Vários. **Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 1990**. Rio de Janeiro: Banco Mundial/Fundação Getúlio Vargas, 1990.

AWORI, Thelma. Uma africana depõe. **O Correio da UNESCO**, Lisboa, ano 3, n. 5, maio 1988.

BARROS, Souza. **Arte, folclore e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Paralelo Ltda. /Instituto Nacional do Livro (MEC), 1971.

BASTOS, Elide Rugai. A questão social e a sociologia paulista. **São Paulo em perspectiva**, v. 5, n. 1, p. 31-39, 1991.

BEQUETE, France. **Poluição sem fronteiras**. Brasil, ano 17, n. 5, maio 1989.

BENSI SJ, Jorge. **Economia cristã dos senhores no governo dos escravos**. São Paulo: Grijalbo, 1977.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido se desmancha no ar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1976.

CARNEIRO, Sueli. A organização nacional das mulheres negras e as perspectivas políticas. **Cadernos Geledés**, v. 4, p. 8-14, 1993.

CASCUDO, Câmara. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. Rio de Janeiro: Tecnoprint/Edições do Ouro, 1985.

CASTRI, Francesco Di. **Ecologia**: Gênese de uma Ciência do Homem e da Natureza. Brasil, ano 9, n. 6, jun. 1981.

CHIAVENATO, Júlio José. **O Negro no Brasil** – da Senzala à Guerra do Paraguai. São Paulo: Brasiliense, 1980.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Senzala à Colônia**. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.

DIAWARA, Fodé. **Manifesto do homem primitivo**. Lisboa: Futura, 1973.

DROSTE, Bernd Von. Para um Desenvolvimento Duradouro. Brasil, ano 15, n. 12, dez. 1987.

FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Salvador: Fator, 1983.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. Terra, **Trabalho, Poder**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Dominus, 1966.

FICHTE, Hubert et al. Etnopoesia: antropologia poética das religiões afro-americanas. São Paulo: Brasiliense, 1987.

FORTUNA, Felipe. Cruz e Souza: Luz & Treva. **Cadernos Rioarte**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, v. 1, 1988.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala**. 17. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

GORENDER, Jacob. **A escravidão reabilitada**. São Paulo: Ática, 1990.

GOULART, Maurício. **Escravidão africana no Brasil (das origens à extinção do tráfico)**. Editora Alfa-Ômega, 1975.

GOUVEIA, Maurílio de. **História da escravidão**. Rio de Janeiro: Gráfica Tupy, 1955.

HAMER, Hardt-Waltherr. Um laboratório de urbanismo. **O Correio da UNESCO**, ano 19, n. 3, mar. 1991.

IANNI, Octavio. **Escravidão e racismo**. São Paulo: Hucitec, 1978.

IGUE, Kozen. Agricultura também é Ecologia. **Folhetim/Folha de São Paulo**, jul. 1980.

JELLOUN, Tahar Ben. A imagem deformada – Racismo, Virulento e Latente. **O Correio da UNESCO**, ano 12, n. 1, jan. 1984.

LEITE LOPES, José. O desenvolvimento da ciência e os povos do Terceiro Mundo. **Revista Paz e Terra**, Rio de Janeiro, ano 11, n. 8, set. 1986.

LUNVEN, Paul. Prioridade: Alimentação. **O Correio da UNESCO**, ano 12, n. 6, jun. 1984.

MOREIRA, Iara Verocai Dias et al. Vocabulário básico de meio ambiente. In: **Vocabulário básico de meio ambiente**. 1990. p. 246-246.

MOREIRA, Rui; DINHA, João. Espaço Agrário: CNBB – Documento da Terra. **Revista de Cultura Vozes**, ano 74, v. 74, n. 2, mar. 1990.

MURARO, Rose Marie. **A automação e o futuro do homem**. Rio de Janeiro: Vozes, 1974.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. Paz e Terra, 1978.

OLIVEIRA, Lucia Elena Garcia de; PORCARO, Rosa Maria; COSTA, Tereza Cristina N. Araújo. **O lugar do negro na força de trabalho**. Rio de Janeiro: IBGE, 1981.

PETRELLA, Ricardo. A Mundialização da Tecnologia e da Economia. **Revista de Cultura Vozes**, v. 85, n. 4, p. 389–404, 1991.

PETRELLA, Ricardo. A Mundialização da Economia pela Competitividade. **Revista de Cultura Vozes**.

RAMOS, Arthur. **O Negro na Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1946.

RAMOS, Guerreiro. **Introdução Crítica à Sociologia Brasileira**. Rio de Janeiro: Andes, 1957.

ROLAND, Edna; CARNEIRO, Sueli. Saúde da Mulher no Brasil : A Perspectiva da Mulher Negra. **Revista de Cultura Vozes**, Rio de Janeiro, ano 84, n. 2, mar./abr. 1990.

ROLNIK, Raquel. Territórios negros em São Paulo. **Folha de São Paulo**, v. 503, p. 2–4, 1986.

SANT'ANA, Afonso Romano de. **O Canibalismo Amoroso**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SODRÉ, Muniz. **A verdade seduzida**: por um conceito de cultura no Brasil. Rio de Janeiro: Codecri, 1983.

(Endereço na época)

GELEDÉS - INSTITUTO DA MULHER NEGRA

Praça Carlos Gomes, 67, 5º andar, conjunto M CEP 01501 - Centro - São Paulo - SP

Fone (011) 35.3869 - Fax (011) 36.9901

(Endereço na época)

SOWETO - ORGANIZAÇÃO NEGRA

Avenida Angélica, 2601, loja 6

CEP 01227 - Consolação - São Paulo - SP Fone (011) 258.2125

(Endereço atual)

GELEDÉS - INSTITUTO DA MULHER NEGRA

R. Santa Isabel, 137, 4º andar - Vila Buarque São Paulo - SP,

CEP 01221-010

Telefone: (11) 3333-3444

(Endereço atual)

SOWETO - ORGANIZAÇÃO NEGRA

R. Silveira Martins, 131 - 22 - Centro Histórico de São Paulo, São Paulo - SP,

CEP 01007-040

Telefone: (11) 4105-2317



